



PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL
Instituição Associada
IFFluminense – Centro de Referência

O PAPEL DOS CURSOS FIC COMO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUA POLÍTICA DE
INCLUSÃO DE PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO, NA REGIÃO DE ATUAÇÃO DO
CAMPUS GUARUS IFFLUMINENSE

ANA LÚCIA DE FREITAS

CAMPO DOS GOYTACAZES-RJ

2019

ANA LÚCIA DE FREITAS

O PAPEL DOS CURSOS FIC COMO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUA POLÍTICA
DE INCLUSÃO DE PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO, NA REGIÃO
DE ATUAÇÃO DO CAMPUS GUARUS IFFLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador(a): Dr. Júlio Cezar Pinheiro de Oliveira

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

2019

374.98115

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F866p

Freitas, Ana Lucia de, 1957-.

O papel dos cursos FIC como formação profissional e sua política de inclusão de pessoas no mercado de trabalho, na região de atuação do campus Guarus IFFluminense / Ana Lucia de Freitas. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

112 f.: il. color.

Orientadora: Júlio Cezar Pinheiro de Oliveira, 1980-.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

Referências: p. 76-82.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Jovens - Emprego - Brasil. 3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (Campus Guarus). 4. Mercado de trabalho. 5. Ensino profissional. I. Oliveira, Júlio Cezar Pinheiro de, 1980-, orient. II. Título.

CDD

373.246098153

23.ed.

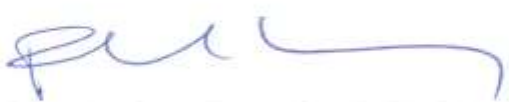
Dissertação intitulada **O PAPEL DOS CURSOS FIC COMO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUA POLÍTICA DE INCLUSÃO DE PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO, NA REGIÃO DE ATUAÇÃO DO CAMPUS GUARUS IFFLUMINENSE**, elaborada por **Ana Lúcia de Freitas** e apresentada, publicamente perante a Banca Examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense - IFFluminense, na área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 28/11/2019


Banca Examinadora:



Julio Cezar Pinheiro de Oliveira,
Doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ)
Instituto Federal Fluminense
Orientador(a)



Rafael Pinheiro Caetano Damasceno
Doutor em Sociologia Política (UENF)
Universidade Estácio de Sá



Vicente de Paulo Santos de Oliveira
Doutor em Engenharia Agrícola (UFV)
Instituto Federal Fluminense

DEDICATÓRIA

“Dedico esta pesquisa a Deus, o maior orientador da minha vida e aos meus pais, Freitas e Jocília, pilares da minha formação como ser humano”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela força que me deu em todos os momentos difíceis. Por ter me sustentado até aqui, e sei que com a sua proteção e ajuda chegarei mais longe.

Às minhas filhas, Ana Paula, Débora e Priscila por serem minhas inspiradoras.

Ao meu esposo, companheiro, amigo e amor, Eider, pela confiança. Por me fazer acreditar quando tudo parecia difícil. Por me apoiar nas aventuras da Educação.

Ao meu orientador, Júlio Cezar Pinheiro de Oliveira, que me deu todo o suporte ao longo desta pesquisa, sempre com empenho e compreensão. Muito obrigada pela grande ajuda!

Aos gestores e coordenadores dos Cursos FIC, colegas de trabalho que foram transparentes, atenciosos e comprometidos com as questões públicas. Agradeço também aos demais servidores do campus que participaram da pesquisa, que de alguma forma colaboraram para viabilizar o trabalho de campo.

Aos alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada do IFFluminense *campus* Guarus participantes da pesquisa. Por força do compromisso ético não poderei citá-los nominalmente, esperando que este trabalho, contraditoriamente, ao preservar suas identidades contribua para dar visibilidade às suas aspirações, especialmente, no que concerne a construção de um novo sentido para o trabalho e a educação dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A todos os professores que passaram pela minha vida, em especial a minha prima Judith que me ensinou as primeiras letras, obrigada por tudo que aprendi graças a vocês.

EPÍGRAFE

" [...] Um homem se humilha
se castram seu sonho
seu sonho é sua vida
e vida é trabalho

e, sem o seu trabalho
o homem não tem honra
e sem a sua honra
se morre, se mata...."

Gonzaguinha

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto aérea do IFF <i>campus</i> Campos Guarus	41
Figura 2 – Pesquisa-ação	47
Figura 3 – Evolução da taxa de desemprego	52
Figura 4 – Alunos dos cursos FIC	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Composição Amostral dos Alunos dos Cursos FIC	50
Tabela 02 – Idade em anos dos Respondentes	51
Tabela 03 – Principais ocupações dos alunos respondentes	51
Tabela 04 – Nível de Renda Familiar	53
Tabela 05 – Função Econômica dos alunos na família	54
Tabela 06 – Situação de Moradia dos Alunos	54
Tabela 07 – Com quem você mora?	55
Tabela 08 – Se não se encontra formalmente empregado, por qual motivo?	56
Tabela 09 – Qual sua área de ocupação?	57
Tabela 10 – Por quanto tempo está desempregado?	58
Tabela 11 – Qual foi a última vez que procurou emprego?	58
Tabela 12 – Quanto tempo trabalhou no último emprego?	59
Tabela 13 – Quanto tempo possui de trabalho com carteira assinada?	59
Tabela 14 – Possui acesso a benefícios sociais?	60
Tabela 15 – O que espera conseguir depois de concluir o curso?	61
Tabela 16 – O que você acha sobre o curso e o mercado de trabalho?	61
Tabela 17 – Distribuição da Oferta de Custeio (PDI-CAED)	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Curricular Comum

CAED – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

CEB - Câmara de Educação Básica

CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica

CNE - Conselho Nacional de Educação

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPT- Educação Profissional e Tecnológica

FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador

FIC- Formação Inicial e Continuada

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFF- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização

ONG- Organização Não Governamental

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PMCG- Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ

PPC- Projeto Pedagógico de Curso

PLANFOR- Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PROJOVEM- Programa Unificado ao Jovem

PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos

PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SETEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SMECE- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

UFF- Universidade Federal Fluminense

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

O PAPEL DOS CURSOS FIC COMO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUA POLÍTICA DE INCLUSÃO DE PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO, NA REGIÃO DE ATUAÇÃO DO CAMPUS GUARUS IFFLUMINENSE

RESUMO

O desenvolvimento histórico social brasileiro tem se revelado a partir de uma profunda desigualdade social que vem gerando uma massa de jovens e adultos com dificuldades de inserção junto ao mercado de trabalho e por conseguinte a ausência de melhores oportunidades de empregabilidade e renda. A desqualificação profissional remete esta parcela importante da população brasileira a condições precarizadas do trabalho ou mesmo ao subemprego, o que dificulta por ainda a sua inserção plena em nossa sociedade. As novas exigências mercadológicas, extensivas a todos os níveis de trabalho apontam para o fato de que sem uma educação capaz de formar cidadãos e que qualifique os indivíduos para o mundo do trabalho, tornará impossível alcançarmos níveis de desenvolvimento econômico e social que nos coloque ao lado dos países desenvolvidos. Neste sentido, o Ensino Técnico Profissional se apresenta como um dos elementos possíveis para promover um melhor acesso ao mercado de trabalho, sobretudo pelo seu potencial em garantir uma formação ampla. Parte deste potencial pode ser verificada junto aos cursos FIC (Formação Inicial Continuada), que voltados para a formação de jovens que possuem o Ensino Fundamental buscam ser uma possibilidade para a formação preparatória e por conseguinte a inserção rápida no mercado de trabalho. Deste modo, os cursos FIC, em sua missão institucional, buscam, para além da formação complementar, a iniciação técnica, a profissional e a continuidade do processo de ensino/aprendizagem junto aos jovens e adultos que se encontram fora dos ambientes educacionais. Busca-se com este estudo fazer uma avaliação dos resultados dos cursos FIC, a partir das vozes das pessoas envolvidas no trabalho junto ao Instituto Federal Fluminense (IFF), especificamente, junto ao campus Guarus localizado na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ, sendo o foco principal os critérios que cercam o acesso de jovens concluintes do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos. Cabe ressaltar que o grande desafio da oferta de cursos FIC se encontra no alto índice de evasão e na dificuldade do percurso profissional após o término do curso. Neste sentido o que se verifica é um descompasso entre a oferta de cursos, vocação dos alunos e as necessidades do mercado de trabalho. A abordagem metodológica deste estudo envolve uma série de instrumentos qualitativos de coleta e avaliação de dados que buscaram ouvir coordenadores, professores, alunos e gestores de ambas as instituições sobre os resultados dos cursos de qualificação do FIC na vida escolar e profissional dos alunos da EJA municipal inseridos nos cursos do IFF – Guarus. Assim, dentre as informações que estão sendo analisadas se encontram os relatórios de reuniões IFF/EJA municipal, perfil socioeconômico dos alunos, perfil dos docentes e os instrumentos que guiam o levantamento das demandas por profissionais. Além disto, a pesquisa envolve a aplicação de instrumentos de coleta de dados como entrevistas e questionário junto aos formuladores desta política pública. Como contribuição final deste estudo o que se espera é a formulação de um instrumento, na forma de protocolo, capaz de garantir junto à gestão educacional do IFF, escolhas e temáticas de cursos que atendam tanto às vocações dos alunos interessados quanto às necessidades da economia local e regional por profissionais formados por cursos técnicos de curta duração.

Palavras-chave: Ensino Técnico Profissional; Cursos FIC; Jovens e Mercado de Trabalho.

THE ROLE OF THE FIC COURSES AS PROFESSIONAL TRAINING AND ITS POLICY OF INCLUSION OF PEOPLE IN THE LABOR MARKET, IN THE REGION OF THE CAMPUS GUARUS IFFLUMINENSE

ABSTRACT

Brazilian social historical development has revealed itself from a profound social inequality that has generated a mass of young people and adults with difficulties of insertion in the labor market and, therefore, better opportunities in life. Professional disqualification refers this important part of the Brazilian population to precarious conditions of work or even to underemployment, which makes it difficult to fully integrate into our society. The new market demands, at all levels of work, point to the fact that without an education capable of forming citizens and qualifying individuals for the world of work, it will make it impossible to reach the levels of economic and social development that put us next to developed countries. In this sense, Professional Technical Education is one of the possible elements to promote better access to the labor market, especially for its potential to guarantee a broad training. Part of this potential can be verified with the FIC (Continuing Initial Training) courses, which focus on the training of young people who have Elementary Education, seek to be a possibility for the preparatory training for the rapid insertion in the job market. In this way, the FIC courses, in their institutional mission, seek, in addition to complementary training, the technical and professional initiation and continuity of the teaching / learning process among young people and adults outside educational environments. This study aims to evaluate the implementation of FIC courses at the Fluminense Federal Institute (IFF), specifically at the Guarus campus located in the city of Campos dos Goytacazes-RJ, the main focus being the criteria that surround the access of young people graduates of Elementary Education in Youth and Adult Education. It should be noted that the great challenge of offering FIC courses is found in the high level of avoidance and in the difficulty of fitting in after the course ends. In this sense what is verified is a mismatch between the offer of courses, the vocation of the students and the needs of the labor market. The methodological approach of this study involves a series of qualitative data collection and evaluation instruments that seek to understand the criteria for choosing the courses to be offered next to the Guarus IFF campus. Thus, among the information being analyzed are the reports of IFF / EJA municipal meetings, socioeconomic profile of the students, the profile of the teachers and the instruments that guide the survey of the demands by professionals. In addition, the research involves the application of data collection instruments such as interviews and questionnaires to the formulators of this public policy. As a final contribution of this study, what is expected is the formulation of an instrument, in the form of a protocol, capable of guaranteeing, together with the educational management of the IFF, the choices and themes of courses that attend both the vocations of interested students and the needs of the local economy and regional level by professionals trained by short-term technical courses.

Keywords: Professional Technical Education; FIC courses; Youth and Labor Market.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. CAPÍTULO 1 – O MUNDO DO TRABALHO E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR.	20
2.1 O trabalho e o processo educacional como categorias centrais do capitalismo brasileiro.	20
2.2 - Os cursos de formação profissional na perspectiva do trabalho qualificado a partir de experiências concretas.	23
2.3 A Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	29
3. CAPÍTULO 2 - OS CURSOS FIC E O SEU PAPEL FRENTE AO DESAFIO DE INSERÇÃO NO TRABALHO.	37
3.1 – A base Legal para o Funcionamento dos Cursos FIC.	37
3.2 - A inserção e funcionamento dos Cursos FIC no Instituto Federal Fluminense.....	39
4. CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA.....	41
4.1 – Definição do Campo de Estudo	41
4.1.1 - A formação do contexto sociopolítico e econômico do Município de Campos dos Goytacazes.....	41
4.1.2 - A inserção do IFF Guarus no horizonte educacional e de transformação do seu entorno.....	43
4.2 - Formas de Abordagens ao Objeto.....	45
4.2.1 – A construção do olhar sobre o objeto	45
4.2.2 - Questionários	46
4.2.3 Entrevistas com Gestores.....	47
4.3 - Estrutura da Pesquisa em sua condução metodológica: Pesquisa-ação.....	48
4.4 O produto resultante da pesquisa.....	48
5- RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
5.1. Análise dos Questionários – Situação Socioeconômica dos alunos entrevistados	51
5.2 - Perspectivas dos alunos frente aos Cursos FIC.	61
5.3 Entrevista com os alunos.....	63
5.4 Análise com os coordenadores dos cursos FIC/Guarus.....	66
5.5 Análise das entrevistas com os gestores envolvidos na parceria EJA Municipal e IFF-Guarus.	69
5.5.1 Coordenadora do Curso FIC – Balconista de Farmácia.....	69
5.5.2 Coordenador dos Cursos Operador de Computadores e Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.....	70
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
7. REFERÊNCIAS	74
ANEXO I – O PRODUTO EDUCACIONAL - Protocolo de Intenções para Convênio EJA – IFF – Cursos FIC.....	80
ANEXO I I- INSTRUMENTOS DA PESQUISA - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	84

ANEXO III - Entrevista com a diretora de ensino e aprendizagem do IFFluminense <i>campus</i> Guarus.....	88
ANEXO IV- Entrevista com o superintendente de trabalho e renda da prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes.....	89
ANEXO V - Entrevista com a gestora das escolas da EJA da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes	91
ANEXO VI - Questões para o gestor escolar das escolas da EJA.....	92
ANEXO VII – Questionário aplicado aos alunos dos cursos FIC.....	93
ANEXO VIII - EIXOS TECNOLÓGICOS - EMENTAS	99

1. INTRODUÇÃO

A realidade brasileira revela que a desigualdade social, em seu processo histórico, gerou uma massa de jovens e adultos trabalhadores desqualificados, muitas vezes subjugados às condições precarizadas do trabalho, ao qual são submetidos por força e necessidade de sobrevivência. Este processo é reflexo direto do domínio das relações capitalistas de produção e da inserção periférica do Brasil na economia mundial. Esta realidade possui uma funcionalidade no sentido de garantir a extrema hierarquização social e a reafirmação do recorte de classe a partir da divisão do trabalho. Assim, o sistema produtivo vem se beneficiando da “desqualificação” do trabalhador que se operacionaliza naquilo que Antunes (1995) identifica como trabalho flexível e fragmentado.

Segundo dados do IPEA (2018) este cenário fica mais complexo quando se verifica a situação dramática vivenciada pelos jovens brasileiros dos estratos sociais mais baixos, que com idade entre 18 e 29 anos, estão mais vulneráveis a serem inseridos no mercado de trabalho em funções subalternas marcadas pela precariedade e pela informalidade. Para Ciavatta (2004), a flexibilização e a inserção periférica do trabalhador nas relações de produção vêm atuando como elementos capazes de anular as chances do trabalhador de ter uma melhor qualidade de vida. Neste sentido, Kuenzer (2000) considera que as formas de dominação do capital sobre o trabalho vêm sendo realizadas pela desqualificação do trabalhador, que aprofunda a alienação e o controle do trabalhador sobre o produto do trabalho. A autora complementa que o acirramento da divisão do trabalho, que atua como um elemento hierarquizador do trabalho coletivo, vem determinando também relações específicas do processo de educação do trabalhador. Portanto, a qualificação do trabalhador seria um fator determinante para o seu enquadramento, pois quanto maior o nível de formação, mais complexas serão as funções possíveis de serem desempenhadas, o que poderá se refletir em maiores retornos financeiros.

Conforme análise de Santos (1979), a ausência de qualificação cria espaços para relações produtivas precarizadas, sendo que em diversos países da América Latina este processo vem sendo amplamente difundindo a partir da terceirização dos trabalhadores. De forma similar Harvey (1994) identificou o aprofundamento de experiências de trabalho pautadas na flexibilização como, por exemplo, o trabalho em tempo parcial, neste sentido o autor observa a crescente terceirização da força de trabalho nas formas de apropriação a partir da exclusão dos benefícios oferecidos aos empregos formais e a descartabilidade dos trabalhadores.

As sucessivas crises econômicas e o aprofundamento das contradições do capitalismo global acirraram por ainda mais o processo de precarização e flexibilização dos postos de trabalho. Assim, sobre o trabalhador é jogado uma carga de responsabilidade pelo seu insucesso, desemprego e baixo salário, na mesma medida em que se estabelece o ideal do profissional que na maior parte das vezes é intangível para o trabalhador pobre. Deste modo, passa-se a buscar um trabalhador que potencialize a comunicação, a interpretação de dados, a integração funcional, a absorção e a troca de conhecimentos. Este, portanto, deve ser capaz de operacionalizar seu conhecimento profissional de modo integrado às suas aptidões e vivências socioculturais. O trabalhador adestrado, característico do modelo ¹fordista fruto dos moldes ²tecnicistas de ensino, deixa de atender aos requisitos do novo padrão produtivo tornando-se obsoleto (OLIVEIRA, 1998).

Neste contexto, torna-se necessário um profissional capaz de interpretar seu ambiente de trabalho, agindo pró ativamente, atuando como agente do processo de inovação. Em vez de ser responsável por uma só tarefa, o que caracterizava a especialização, solicita-se que ele cumpra diversas tarefas, que seja polivalente ou multifuncional, demonstrando responsabilidade e total integração ao seu processo de trabalho (KUENZER, 2000). Isto, contudo, não impede que este trabalhador seja explorado e até mesmo tenha ganhos incompatíveis com o excesso de tarefas laborais.

Para Antunes (2018) a incorporação da tecnologia ao nosso cotidiano acirrou as contradições entre Capital x Trabalho, aprofundando assim as formas de apropriação do trabalho não pago com a categoria do “novo proletariado a serviço da era digital”. Esta categoria de trabalhador é fruto do atual momento da reestruturação do capital que traz em seu bojo profundas mudanças nas legislações trabalhistas que tiveram o seu ápice logo após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Para além das questões políticas que envolvem o surgimento desta categoria de trabalhador, o autor destaca a presença da tecnologia digital no mercado de serviços mostrando que este trabalhador é explorado e sofre dos resultados de uma nova forma de precarização, não menos perniciosa do que a que se assistiu nos trabalhos físicos extenuantes do passado, e que ainda se faz presente em algumas profissões.

Antunes (2018) destaca ainda o fato de que este tipo de trabalho que lança mão de ferramentas digitais não transforma e não colabora para o estabelecimento e o aprofundamento de relações

¹ Fordismo é um sistema de produção, criado em 1914, pelo empresário norte-americano Henry Ford, cuja principal característica é a fabricação em massa.

² Tecnicismo- Foi uma tendência pedagógica fundamentada nos princípios liberais de Educação que visava a formação de mão de obra para abastecer as indústrias.

sociais, pois, ao contrário, em muitas situações isola o trabalhador, que fica atrás da máquina, oprimido em sua “servidão”.

Conforme analisa Mészáros (2008), para atender a nova configuração do trabalho é preciso pensar um novo modo de instrução, que ao articular a teoria com a prática, contribua ontologicamente para a construção social deste “ser trabalhador”, que, neste caso, necessita de uma visão de mundo afinada com a situação atual da sociedade e ser detentor de conhecimentos amplos, com habilidades e competências diversas. Estas novas exigências, tidas como exigências do mercado de trabalho, estendem-se para todos os níveis de trabalhadores, o que implica na “urgência” de qualificar os trabalhadores, sobretudo aqueles com baixa escolaridade.

Como parte das medidas governamentais para atender ao imperativo da qualificação profissional, se destacam as experiências dos programas PROEJA³ e cursos FIC⁴ ambos ligados à Rede Federal de Educação através dos Institutos Federais de Educação. Estes programas revelam a preocupação com o processo de qualificação desses trabalhadores assegurados na Resolução nº 6 como princípios norteadores da Educação Profissional Tecnológica no artigo 6:

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem; VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular; VIII- contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas; (BRASIL, 2012).

A partir da oferta de ensino técnico/profissional o Governo Federal toma para si grande parte da responsabilidade por tornar os trabalhadores “aptos” ao mundo do trabalho. Dentre estes dois programas, os cursos FIC se destacam por ter um viés formativo exclusivamente voltado para a qualificação técnica de jovens e adultos que possuem o Ensino Fundamental.

³ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

⁴ Formação Inicial Continuada

Cabe ressaltar que estes cursos pretendem cumprir, a partir de uma política pública, a função social de viabilizar a empregabilidade em um curto espaço de tempo. De fato, os cursos FIC buscam atuar diretamente sobre o quadro caótico existente junto de uma população jovem e adulta que por décadas ficou à margem das políticas educacionais de formação para o trabalho. Demo (1997) analisa que estes sujeitos, muitos deles, trabalhadores precarizados pela falta de conhecimento básico, abandonaram a escola por necessidade de sobrevivência ou mesmo por incompatibilidades de ordem cultural.

A realidade brasileira diante dos seus múltiplos desafios enseja abordagens acerca da efetividade destas políticas e de sua construção como instrumento de qualificação para uma parcela específica da classe trabalhadora. Portanto, cabe verificar se estas experiências em Políticas Públicas são importantes para conhecer seus impactos na realidade e se estas têm sido instrumentos de democratização de oportunidades junto ao exercício do trabalho. Assim sendo, esta proposta de trabalho se justifica no sentido de conhecer a dinâmica da oferta de cursos FIC, instrumentos que sustentam estas mesmas ofertas e os parâmetros de escolha dos cursos que serão ofertados.

OBJETIVOS GERAIS

A complexidade da análise da efetivação e funcionamento de uma política pública traz desafios adicionais ao escopo de um trabalho dissertativo, portanto se torna necessário traçar estratégia através de objetivos que levem em consideração as limitações e nuances do objeto. Assim foram traçados os seguintes objetivos:

- ✓ Avaliar os critérios que fundamentam a oferta dos cursos FIC do campus Guarus do IFFluminense, verificando se estes cursos possibilitam o acesso a uma qualificação e/ou formação profissional que permita ao cidadão desenvolver suas habilidades;
- ✓ Criar um Produto Educacional, através de um Protocolo de Intenções, que tenha como função ser guia para o estabelecimento de parcerias entre a Rede Federal de Ensino e instituições voltadas para o trabalho, que através de redes de colaboração desejem qualificar jovens para o mercado de trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Identificar as demandas das indústrias e do comércio, já instalados na região, quanto às suas necessidades de formação inicial de profissionais;
- ✓ Verificar a existência (ou não) de parcerias entre o IFFluminense e as Secretarias Municipais que tratam diretamente de políticas educacionais e de geração de emprego e renda;
- ✓ Verificar os meios de oferta e divulgação junto à comunidade sobre o processo de ingresso junto aos cursos;
- ✓ Verificar as políticas institucionais que buscam a permanência dos alunos nos cursos através de mecanismos de combate à infrequência e à evasão.

A organização do texto, além da introdução e dos objetivos deste estudo, compreende mais cinco partes.

No capítulo um apresenta-se o embasamento teórico pertinente ao tema, sendo subdividido em três partes. A primeira parte traz considerações importantes quanto ao mundo do trabalho e a importância da educação tecnológica no desenvolvimento do trabalhador. Na segunda parte, são abordadas as experiências concretas dos cursos de formação profissional na perspectiva do trabalho qualificado. Já a terceira parte traz um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de ensino no Brasil.

O capítulo dois aborda a relação dos cursos FIC e o seu papel frente ao desafio de inserção no trabalho sendo subdividido em duas partes. Na primeira parte, apresenta-se a base legal para o funcionamento dos cursos FIC e, na segunda parte, contempla-se o desenvolvimento, a inserção e o funcionamento dos mesmos no Instituto Federal Fluminense.

O capítulo três, trata da metodologia escolhida para o desenvolvimento do trabalho, a pesquisa-ação, que possibilitou a observação e a aplicação da teoria à prática pedagógica mediadora no processo de implantação dos cursos FIC e os instrumentos utilizados.

Como Técnica em Educação com formação pedagógica, a pesquisadora, desde o início do processo de formatação dos cursos FIC, esteve presente como colaboradora em reuniões uma vez que a área de atuação à qual se dedica no IFF Guarus é a dos cursos profissionalizantes. Sendo assim, esteve envolvida com o processo de implementação presente desde o momento da acolhida dos alunos da EJA até o dia a dia da dinâmica das aulas.

Foram utilizados instrumentos importantes na coleta de informações, a seguir: um questionário semiestruturado (Anexo VII) com os alunos e entrevistas com os gestores, coordenadores, parceiros e professores. Além disso, apresenta-se o contexto em que os dados foram gerados. Assim foram apresentados os dados coletados para enriquecimento da pesquisa em forma de tabelas e gráfico.

Quanto ao produto resultante da pesquisa, foi produzir um “Protocolo de Intenções”, viabilizando sua publicitação no site/portal do IFF para quem interessar, aberto aos parceiros dos municípios do Norte/Noroeste Fluminense que desejem estabelecer contato com o IFF.

No item quarto, referente aos “Resultados e Discussões”, faz-se uma análise sobre os dados coletados no questionário e nas entrevistas. Por fim, no item quinto, foram feitas as considerações finais, onde se reconhece a importância de poder oferecer estes cursos para outros municípios e públicos diferenciados e não ficar restrito apenas ao município de Campos dos Goytacazes, uma vez que muitos jovens de outros municípios onde o IFFluminense possui os seus *campi* têm os mesmos direitos de aprendizagem e de qualificação.

2. CAPÍTULO 1 – O MUNDO DO TRABALHO E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR.

O novo mundo do trabalho, que tem como um de seus principais instrumentos as novas tecnologias, tem exigido cada vez mais por profissionais especializados. O presente capítulo tem por objeto discutir o mundo do trabalho e a importância da educação profissional no desenvolvimento dos trabalhadores que estão sendo inseridos no mercado de trabalho.

2.1 O trabalho e o processo educacional como categorias centrais do capitalismo brasileiro.

As discussões sobre o “trabalho” como categoria central do modo de produção capitalista têm nas análises de Marx (1982) a base teórico-metodológica do conhecimento produzido por diversos autores brasileiros na compreensão da realidade nacional. Frigotto (2003) ao analisar o trabalho como “produção de bens úteis materiais e simbólicos ou criador de valores de uso, o autor em tela avalia que esta atividade é condição constitutiva da vida dos seres humanos em relação a outros” (p.12), sinalizando ainda para a importância do trabalho na própria existência humana.

Ao longo da história da modernidade, como espaço-tempo de construção do capitalismo, o trabalho ganhou múltiplos significados. Para Antunes (1995), o trabalho alienado como atividade que transforma o trabalhador em um autômato, sem consciência da dimensão humana e social que o cerca, ganhou novos significados com a adoção nos países capitalistas da ordem neoliberal e o seu consequente trabalho flexível. Assim, a análise da categoria trabalho “ganha novos contornos e passa a transpor a mera divisão social das ações humanas, que estabelece uma hierarquização de funções, para se transformar em um elemento de separação entre os profissionais que pensam e gerenciam processos produtivos, daqueles que põem a mão na massa” (GORZ, 1980). Para os trabalhadores que exercem ou irão exercer atividades é resguardado um quadro dramático em sua formação escolar, pois a sua grande maioria é composta de indivíduos que possuem baixa escolaridade e, por consequência, estão sujeitos a serem mal remunerados e explorados em jornadas extenuantes.

No momento que aborda a crise do trabalho da década de 1990, autores como Arroyo (1991) e Frigotto (2001), anunciaram os desafios que os trabalhadores brasileiros iriam vivenciar atualmente através das medidas neoliberais que estavam sendo colocadas em prática naquele momento. Para Frigotto (2001) é de suma importância compreender que o processo da crise do trabalho está intimamente ligado à formação humana no contexto da reestruturação produtiva e da globalização

excludente. Assim, a dramática crise estrutural do trabalho assalariado produz a “esterilização de vidas” que atua em todas as esferas da organização social, colocando em xeque a própria existência da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2001, p.26). Essa situação, além de provocar novas formas de alienação aponta para a realidade das relações capital-trabalho no contexto do mundo globalizado.

Para além da compreensão de que as condições de trabalho sobre a lógica neoliberal e globalizada é algo degradante ao próprio homem, por principalmente, quebrar os laços de identidade coletiva a partir do intenso processo competitivo que se instaura a partir das novas relações de trabalho, conclui-se que se trata de um modelo produtivo que avilta a dignidade do trabalhador. Para Frigotto (2001) o sujeito humano não pode ser entendido como sujeito individual, mas sim como resultado de um processo histórico de relações concretas. Portanto, pensar no sujeito humano fora das relações sociais ou o separar o mundo da liberdade do trabalho e do não-trabalho é estabelecer uma compreensão equivocada do próprio ser humano. Esta abordagem diz da situação do trabalho no cenário atual da sociedade brasileira, quando se assiste os resultados da crise do trabalho que teve seu aprofundamento na década 1990. Esta crise pode ser melhor avaliada a partir da constatação de que durante toda a década de 1990 uma massa de trabalhadores ficou sem perspectivas de ocupação (aumentando assim o desemprego estrutural), o que foi potencializado pelo quadro político de desmonte de uma série de Políticas Sociais e do próprio Estado de Bem Estar Social⁵.

Ciavatta (2005 p. 69) comenta que “a dimensão mais crucial dos limites do capital e do desenvolvimento capitalista neste início de século é, todavia, o aspecto da destruição de postos de trabalho”. A autora fala do que se denomina síndrome do desemprego estrutural, presente na precarização, na flexibilização do trabalho vinculada com a abolição de direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores em vários países. Esse processo ocorre pela conjugação da globalização excludente que amplia o desenvolvimento desigual e pelo monopólio da ciência e da tecnologia.

Além de toda a conjuntura de destruição dos laços sociais relativos da sociedade do trabalho, o processo de individualização coloca sobre o trabalhador toda a carga de responsabilidade sobre sua condição de insucesso no mercado de trabalho. Neste contexto, sobre o trabalhador é colocado toda a carga de culpa por fatores estruturais que fogem ao seu controle, exigindo assim que o trabalhador tenha um contínuo processo de formação que atendam diretamente aos preceitos do mercado de

⁵ O Estado de Bem Estar Social surgiu como um conjunto de políticas dos governos, após a situação da Europa e dos E.U.A, no período que correspondeu ao empobrecimento dos trabalhadores e população em geral diante de situações como o pós-guerra (1918), e nos E.U.A com a queda da Bolsa de Nova York (1929). Para Murilo de Carvalho (2008) todo estado democrático tem que desenvolver políticas para sua população garantindo seus direitos fundamentais.

trabalho. Neste sentido, Acácia Kuenzer (2001, p.73) sugere uma nova conceituação do trabalho no contexto da reestruturação produtiva. Para a autora, a nova concepção de qualificação do trabalho está diretamente ligada às novas relações de produção:

A tradicional concepção de qualificação, fundada na aquisição de habilidades técnicas, típicas da organização do trabalho segundo o paradigma taylorista/fordista se amplia passando a exigir o desenvolvimento da capacidade de educar-se permanentemente e das habilidades de trabalhar independentemente, de criar métodos para enfrentar situações não previstas de contribuir originalmente para resolver problemas complexos.

Esta nova concepção de subjetividade que passa a ser valorizada no novo mundo do trabalho cria enormes desafios para a Educação que passa a rever metodologias e estratégias de ensino, tendo em vista o papel que as tecnologias digitais móveis e fixas passam a ocuparem nos processos formativos. Kuenzer (2002) ao abordar a formação do trabalhador preconiza que é a partir da tomada de consciência de classe, que este trabalhador consegue deixar a condição de “ser alienado”, para tornar-se um agente participativo e membro efetivo de sua classe.

Gramsci (2008) em uma perspectiva crítica sobre as relações de trabalho e o processo educativo, afirma que a concepção de mundo segundo os interesses hegemônicos do capital se faz no seio do próprio processo produtivo através de representantes como gerentes, profissionais qualificados como engenheiros, administradores e gestores. Portanto, caberia à classe trabalhadora a missão histórica de criar espaços contra hegemônicos e que levem à hegemonia da vontade coletiva, movendo assim os trabalhadores a alcançarem uma consciência crítica da realidade. Nessa perspectiva da análise gramsciana o autor mostra o caráter contraditório da hegemonia, pois quanto mais ela é autenticamente hegemônica mais ela deixa às classes adversárias, a possibilidade de se organizarem e se constituírem como força política autônoma (GRAMSCI, 1978, p.89).

A partir desta visão Kuenzer (2001) reforça a tese de que é urgente que as instituições formadoras criem novas categorias que não estão intimamente associadas à lógica da mercadoria, mas sim ao momento que sinaliza para novas demandas. Assim, categorias como subjetividade, linguagem virtual, ferramentas das Tecnologias da Informação e Comunicação que criam redes colaborativas, assim como manifestações culturais diversas, passam a fazer do repertório da educação na formação dos novos trabalhadores sempre com o objetivo de promover uma qualificação que supere formas de precarização do trabalho e da qualidade devida dos trabalhadores.

Quando diz da importância do reconhecimento da necessidade de elaborar propostas educativas que permitam articular cidadania, cultura e trabalho identificando a escola pública como um dos únicos espaços de que dispõem os trabalhadores e seus filhos, bem como os excluídos do mundo do

trabalho para ter acesso a todos os tipos de conhecimento, Kuenzer (2008, p.18) considera que “só através de relações sociais produtivas que levem à participação no ambiente escolar e, posteriormente, no mundo do trabalho, esses jovens poderão destruir as condições que produzem exclusão”.

Para a autora em destaque, isso só será possível através de uma educação dos trabalhadores que desenvolvam habilidades cognitivas, éticas e estéticas em substituição aos fazeres aprendidos na repetição e na memorização. Cada vez mais a realidade e a complexidade do novo mundo estão a exigir trabalhadores capazes de equilíbrio emocional, tomada de decisão, criatividade e isto só será possível com um ensino que articule educação, trabalho, espírito coletivo e participação (KUENZER, 2008). Ao comentar sobre a Terceirização⁶, o seu lado negativo, a autora associa a precarização à ausência, não só de qualificação, mas, sobretudo de espírito coletivo e participação desses trabalhadores, que em nome da necessidade de sobrevivência assumem de forma acrítica e a-histórica as condições que lhe são impostas.

Para Kuenzer (2000), a terceirização, como uma forma perversa de organização do trabalho, apresenta-se como fruto do neoliberalismo onde em um mercado, cada vez mais competitivo, busca obter maior lucro através da diminuição de custos e do pagamento de baixos salários. O trabalhador terceirizado é aquele que se enquadra perfeitamente ao trabalho flexível, pois quando faz um contrato por tempo determinado é movido pela necessidade de sobrevivência, se submetendo assim a condições precárias de trabalho e a perda de garantias e direitos trabalhistas.

Para (GENTILI, 2000, p.18) “a terceirização nas grandes empresas visa exatamente, o trabalhador desqualificado, pois mesmo possuindo o Ensino Médio ou o Técnico, ele não tem experiência, seu perfil não se encaixa na função, mas ele tem uma razão maior: ter um emprego formal”. Assim, ele pula de um emprego a outro, sem, contudo, criar um aprendizado consistente sobre o ofício. Deste modo, Cava (2017) discute a categoria do “subproletariado”, que seria um recorte da classe trabalhadora, composta pelos despossuídos e deserdados, situados na faixa mais desfavorecida de renda, de acesso e de direitos, vulneráveis e com baixa escolaridade.

2.2 - Os cursos de formação profissional na perspectiva do trabalho qualificado a partir de experiências concretas.

⁶ A terceirização se caracteriza pela precarização estrutural do trabalho em escala global. É o espaço da “burla”, da “fraude”, do trabalho corroído, aviltado, escravizado, segundo Antunes (1995, p. 38).

Os cursos de formação inicial continuada, conhecidos pela sigla FIC, se constituem como uma qualificação profissional que ocorre em menor tempo e a partir do desenvolvimento de habilidades técnicas centradas no exercício do trabalho e de suas especificidades. Trata-se de uma profissionalização que atende a requisitos sociais e do mercado de trabalho local.

Alguns trabalhos centrados nos cursos profissionais e resultantes de investigação acadêmica complementam essas análises sobre o material da revisão, por se constituírem em importantes contribuições às pesquisas sobre o objeto do presente estudo. Silva (2009) ao analisar de que maneira a escola responde às especificidades dos sujeitos da EJA, avaliando as experiências do Município de Cariacica-ES, dialoga com suas trajetórias e saberes buscando identificar os pressupostos da Educação Popular. O autor apresenta considerações indicativas de que para que a condição de marginalidade desses alunos seja superada, a EJA deve ser vista e integrada, como modalidade, à escola ao Sistema de Ensino, visto que, ainda é visualizada à margem do todo escolar em seu movimento. Para que isto ocorra é urgente uma maior aproximação entre os saberes escolares e os saberes da comunidade.

Neste sentido, a busca pelo descritor “qualificação” em sites de busca acadêmicos (SCIELO, LILACS, USP e outras) aponta um número significativo de teses, sendo que em torno de dez (10) abordam a clientela de jovens da modalidade EJA. Destaca-se o trabalho de Martino (2006) que analisou em sua tese, através de experiências concretas, os principais impactos das parcerias no trabalho realizado pelas Escolas Técnicas do Centro Estadual de Educação, com destaque para o Estado do Espírito Santo. Assim sendo, o documento do PROEJA (2007), também sinaliza para a realidade dos jovens e adultos de baixa renda, em busca de uma educação que os prepare para o mercado de trabalho. O documento PROEJA declara:

(...) existe um aumento significativo da demanda social por políticas públicas perenes, pautadas em princípios epistemológicos que resultem em um corpo teórico coerente com a realidade educacional e que respeitem as dimensões sociais econômicas, culturais, cognitivas e afetivas dos jovens e dos adultos em situação de aprendizagem escolar.

Alves (2010) destaca o alcance da efetividade da valorização do trabalho humano, através de políticas públicas de qualificação e a importância dos valores humanísticos que fortalecem a visão do trabalhador livre, crítico, que além do conhecimento técnico, tem uma formação cidadã. De forma similar, Silva (2014) realiza uma pesquisa importante, por seu caráter crítico-reflexivo ao discutir em seu estudo, forma de identificar em que medida o discurso das Centrais Sindicais em torno das

políticas de qualificação profissional presentes no PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), que foi estruturado em 1995, como política pública de geração de emprego e renda, tendo como fonte de financiamento o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); se aproximam ou se distanciam do projeto original de oferta de formação qualificada proposta pelo Estado.

Barros (2010) se propôs a estudar a relação entre os saberes - experiência do trabalho e os saberes escolares, sob o ponto de vista dos alunos do PROEJA do IFSUL⁷, (*campus* Sapucaia do Sul), tendo como objetivos: conhecer as trajetórias ocupacionais e escolares dos alunos da EJA/PROEJA. Os resultados da pesquisa mostraram uma diversidade muito grande de saberes-experiência de que os alunos são portadores, além de indicar que eles fazem uso dos saberes escolares em suas atividades de trabalho, de forma intensa, particularmente de Português e dos conhecimentos das disciplinas de áreas técnicas.

Casseb (2009) em pesquisa sobre o que os professores sabem e pensam sobre o PROEJA, no Centro Federal de Educação Tecnológica em Mato Grosso, apontou em sua tese que o CEFET/IFMT, necessita buscar uma metodologia específica para ministrar aulas e avaliar os alunos do PROEJA, fazendo uma reflexão de como se deve ensinar um adulto e também (re) avaliar ou (re) fazer o Projeto Pedagógico com a participação coletiva dos envolvidos. Casseb esclarece as necessidades e características do sujeito jovem e adulto trabalhador durante seu processo formativo.

O trabalho da tese de Vasconcelos (2010) sobre as “metamorfoses do mundo do trabalho e a qualificação/requalificação dos jovens trabalhadores do PROJÓVEM URBANO de Curitiba / PR”, aborda a questão dessa política pública criada no governo Lula, inserida em um contexto de transformações ocorridas em decorrência do capitalismo, em sua trajetória partindo do modelo fordista Keyniano até a acumulação flexível, assim como, as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e intimamente ligadas ao processo de reestruturação produtiva em cursos concentrados nos centros periféricos das médias e grandes cidades brasileiras.

O estudo de Vasconcelos (2010) tem proximidade com o presente estudo, na medida em que realiza reflexões sobre a qualificação dos jovens trabalhadores com histórico de fracasso escolar na Escola Básica Regular, o que os levou para a EJA, na busca de complementar os estudos.

Gonçalves, Ney e Custódio (2012) ao estudarem “o PROEJA e o desafio da qualidade da Educação no Norte Fluminense, partem da reflexão sobre a pedagogia dominante, na qual as práticas

⁷ O IFSUL (Instituto Federal Sul-rio-grandense), localizado em Pelotas e atualmente conta com 14 campi sendo um deles em Sapucaia do Sul- Rio-Grandense.

docentes ocorrem como práticas de dominação reprodutora e que se caracterizam por não dar voz aos alunos pobres, oriundos das periferias” dos municípios da região. Os autores fazem uma importante análise da relação professor/aluno, através das investigações realizadas. Eles comentam que: “o papel do professor é decisivo; ele deve estimular a criação de uma rede de sociabilidade em que o aluno seja motivado a estudar, aprovando seus esforços no processo de aprendizado e fazendo com que os alunos estimulem uns aos outros” (p.122). A pesquisa conclui que é preciso superar a crença na fatalidade que reproduz, dentro e fora das salas de aulas, falas e gestos que mostram a descrença dos professores e coordenadores na capacidade de aprendizado dos discentes.

O trabalho da Tese de Almeida (2012) sobre as práticas dos professores do PROEJA/FIC de um Colégio Estadual de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, mostrou que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em muitos casos, constitui-se na única alternativa de inclusão social para os alunos que já estão fora do sistema de ensino. Diante desta realidade, novos métodos, conteúdos e estratégias precisam ser experimentados em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais, onde os conteúdos ministrados em sala de aula necessitam estar de acordo com as particularidades e especificidades do lugar em que o ensino está sendo desenvolvido.

Quando se trata das habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC / 2017) para o Ensino Fundamental, percebe-se que elas não estão separadas por modalidade, mas ao se situarem como válidas para todo território nacional, cedem espaços no tempo escolar para um trabalho com as especificidades regionais e modais, que levem em conta a realidade dos alunos de cada ano de escolaridade, seja do Ensino Regular ou da EJA. Há na nova legislação uma intencionalidade em garantir o mínimo de conteúdos a todos os alunos do Ensino Fundamental, sem deixar de preservar peculiaridades socioculturais.

Há de se considerar que o processo de acumulação flexível fundamentado na formação de competências que se apresenta como um conceito pragmático que atende às exigências no novo mercado de trabalho.

Ainda em relação às pesquisas realizadas no curso de Especialização da EJA/PROEJA, as análises da tese de Gonçalves (2012) sobre a formação continuada de professores, discute o fato de que a formação dos educadores para a EJA apresenta-se como objeto de reflexão contínua da “práxis” pedagógica, favorecendo a construção do educador pesquisador, atento à diversidade dos sujeitos, espaços e tempos, ambientes, contextos da Educação de Jovens e Adultos. A formação continuada, segundo a autora, tem papel fundamental nesse percurso reflexivo.

Diante disto, é importante ressaltar que Freire (1997), em sua obra “Pedagogia da Autonomia”, sinaliza que “ensinar exige reflexão crítica sobre a prática”, pode-se afirmar que, o professor democrático é aquele que sabe que a reflexão crítica é o ponto de partida para a prática docente, e este sabe também que a reflexão crítica por si só não é suficiente. O ensino e a aprendizagem exigem um movimento dinâmico e dialético entre o fazer e o pensar sobre o próprio fazer. Deste modo, os saberes sobre os quais professores aprendem em sua prática docente são saberes importantes e que demonstram a experiência acumulada. Na perspectiva freiriana, esses saberes são considerados ingênuos porque ainda não se superaram e ainda não alcançaram a rigorosidade metódica que caracteriza o ensino crítico. Portanto, os saberes da experiência são fundamentais, mas não suficientes.

É importante salientar que, na própria formação docente é importante que o professor perceba que o ato de pensar não pode ser simplesmente copiado dos guias da pedagogia, mas pelo contrário, a superação da ingenuidade tem que ser produzida pelo próprio professor fundamentado pelos estudos. É necessário que, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua voltando-se sobre si mesma, perceba-se como tal e vá se tornando crítica, ou seja, o primeiro passo para superar a ingenuidade e conquistar a criticidade é a autocrítica e é por isso que a arrogância não produz sujeitos críticos, mas ingênuos, porque são incapazes de se superarem. O arrogante ao se achar pronto, ao se imaginar o portador indiscutível da verdade, e ao estar convicto de que aquela fração de conhecimento, do qual ele já sabe, já está bom e já é suficiente, ele perde a consciência do sentido de sua prática e, tende a reproduzir os erros que não admite, imaginando que são acertos. Por isso, é que, na capacitação permanente dos professores um momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

Portanto, a reflexão crítica implica na transformação da ação, ou seja, na transformação social, pois indivíduos e sociedade são realidades indissociáveis. Em suma, a partir destas reflexões, em um movimento dialético e democrático, é possível reconstruir, renovar e reeditar um novo modelo de ensino-aprendizagem, objetivando o desenvolvimento de novos sujeitos para um novo mundo.

Neste sentido, um tema que tem merecido destaque nas pesquisas sobre a EJA, diz respeito à juvenilização dos alunos, que chegam cada vez com menos idade às turmas da EJA/PROEJA. Na rede municipal de educação, por exemplo, 40% dos alunos matriculados na EJA possuem idades entre 15 e 30 anos. Sobre esta questão, (RODRIGUES, 2014, p. 99) afirma:

[...] A forte presença de jovens nestas modalidades de ensino se deve, em grande parte, a problemas de não permanência e insucesso no ensino. Além disso, a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas. Por isso, as famílias são obrigadas a buscarem no trabalho uma alternativa para a composição da renda mínima, roubando o tempo da infância, da adolescência, da escola.

Quanto à pesquisa de (Coelho e Soares 2012) na abordagem da EJA e o mercado de trabalho, os autores comentam que há duas lógicas presentes no mundo do trabalho e da educação. Há uma contradição entre a lógica da produção capitalista que tem base no lucro, na exploração do trabalho, na competitividade, na mercantilização de toda a produção humana. Assim, eles concluem que “a lógica da educação tem o objetivo de formar o ser humano, pautar-se pela socialização do conhecimento, o diálogo, a discussão, a aprendizagem, a humanização, livrar-se da opressão e defesa dos direitos da cidadania” (Coelho e Soares 2012). Paiva (2012), ao discutir os currículos da EJA, fala da fragmentação dos currículos como uma questão histórica, e vai além ao apontar a dificuldade de um trabalho que articule as questões curriculares com as experiências pessoais e de trabalho dos alunos da EJA. A pesquisadora sinaliza para a existência de um currículo tecnicista e disciplinarista, que no caso da EJA, torna-se mais grave por não trabalhar, na prática, saberes anteriores, sejam eles defasados ou não.

A tese de (Pires e Soares 2012) sobre a formação dos profissionais da EJA/PROEJA, aponta para um referencial teórico-metodológico que tem em Paulo Freire (1996) a base de suas discussões. Paulo Freire (1996), como um arauto da esperança, considera a primeira grande questão da formação docente da EJA/PROEJA, é “lidar com gente” e, para tal, é necessário revestir-se de humanidade, ao qual se refere como “a ética ou a qualidade ética da prática educativa libertadora vem das entranhas mesmas do fenômeno humano, da natureza humana, constituindo-se na história, como vocação para ser mais”. (FRIGOTTO, 2003, p. 102) complementa as teses dos autores, quando diz que “para lidar com gente em uma sala de aula é conviver com a diversidade e exercitar a dialética, entre o plural e o universal”.

Segundo (LIMA, 2011, p.52), “A educação profissional é definida como complementar à educação básica, portanto, a ela articulada, mas podendo ser desenvolvida em diferentes níveis para jovens e adultos com escolaridade diversa”. Delineando o seu papel, o Ministério da Educação define a importância e a finalidade da educação profissional. O desenvolvimento da educação profissional em larga escala aconteceu a partir de julho de 2004, quando a educação profissional conquistou um importante instrumento para o seu desenvolvimento através da edição do Decreto nº 5154/2004 (Brasil, 2004). Este decreto prevê o desenvolvimento da educação profissional por meio de cursos e

programas, em três planos: 1) Formação Inicial e Continuada de trabalhadores – inclusive integrada com a Educação de Jovens e Adultos; 2) Educação Profissional Técnica de nível médio; e 3) Educação Profissional Tecnológica e Pós-graduação (CASSIOLATO E GARCIA, 2014). O *Campus Guarus* tem elaborado diretrizes institucionais, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação, para nortear a implantação do Curso FIC, no seu âmbito interno. Estão sendo analisados: artigos científicos referentes à EPT/FIC; percurso histórico da EPT e do Curso FIC no Brasil; fundamentação legal, teórica e metodológica sobre o tema; compactação do conhecimento já existente em FIC e autores que abordam o tema de forma crítica.

2.3 A Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de ensino presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) traduz-se na prática como medida legal cujo objetivo é oportunizar aos jovens e adultos, que não concluíram seus estudos nos segmentos da Escola Básica, no Ensino Regular, a chance de completar sua escolaridade de forma que, o currículo e o formato da educação ministrada atendam ao perfil desses sujeitos, muitos deles, trabalhadores e chefes de família. Uma breve história da educação de jovens e adultos mostra que desde o período colonial, quando por volta de 1549, os jesuítas chegam às terras brasileiras, que jovens e adultos com nenhuma ou baixa escolaridade são objetos de uma educação que, em lugar de prepará-los para os desafios do mundo do trabalho e da vida, através do conhecimento, catequiza e muitas vezes, oferece um ensino incompatível com as expectativas desses sujeitos (COSTA e GIUST, 2012).

A partir desse início, em que o ato de ler e escrever estava submetido aos princípios colonizadores ditados pela Companhia de Jesus de Santo Inácio de Loyola e as diretrizes da Santa Fé, até o século XVIII, quando os jesuítas foram expulsos do país por Marquês de Pombal, que a educação, em geral, ficou estagnada. Somente em 1824, com a Constituição do Império, houve novas preocupações com a educação dos jovens e adultos, porém foi em 1930, com o crescimento da população urbana e o início do processo de industrialização que os órgãos governamentais passaram a se preocupar com a educação das pessoas analfabetas como forma de adequar o nível educacional da população mais pobre às necessidades da indústria. Mesmo assim, o foco principal não ficou na ampliação da instrução aprofundada dos jovens e adultos, mas sim apenas no letramento, através da leitura e da escrita, que foi responsável por tirar uma massa de brasileiros do analfabetismo (ARANHA, 1996).

No decorrer histórico, algumas mudanças importantes ocorrem na década de 1940, o que ocasionou profundas mudanças na educação de jovens e adultos. Entre essas mudanças, destaca-se a criação do Instituto Nacional de Pedagogia (hoje, INEP), o qual tinha por objetivo incentivar estudos de áreas afins à educação, fazendo surgir as primeiras experiências legais sobre o Ensino Supletivo. Com o final da Era Vargas em 1945, ocorre uma grave crise econômica, fato que levou a educação de jovens e adultos a ser valorizada, pois houve necessidade de investir na escolarização da classe trabalhadora. Já, em 1950, ocorre a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que se constitui um marco para a Educação de Jovens e Adultos (DI PIERRO, 2001).

A década de 1970, foi também de grande importância para a educação de jovens e adultos, no qual foi criado pelo governo do Regime Militar o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), projeto criado como proposta para alfabetizar jovens e adultos acima da idade escolar convencional, levando-os a adquirirem técnicas de leitura, escrita e cálculo, integrando-os à comunidade e a melhores condições de vida (DI PIERRO, 2001).

Entre as décadas de 1980 e 1990, com a abertura democrática do país, na primeira metade dos anos 80, realizaram-se debates em torno das grandes questões sociais, dentre eles, a educação pública de qualidade e universalizada para todos, considerando a trágica realidade educacional deste contexto.

É importante ressaltar que com o fim do regime ditatorial, a Nova Constituição de 1988 e a retomada da normalidade democrática, Di Pierro (2005, p.1118) afirma:

[... criaram o ambiente político-cultural para que os sistemas de ensino público começassem a romper com o paradigma compensatório do ensino supletivo, cuja nomenclatura estava presente na lei 5692/71, recuperando o legado dos movimentos de educação e cultura popular, desenvolvendo experiências inovadoras de alfabetização e escolarização de adultos.

As décadas de 1980 e 1990, por se tratar de um momento de reconfiguração política, trouxeram o aprofundamento de inúmeros esforços na direção de um significativo empenho dos educadores em defesa da escola pública de qualidade. Buscou-se então, uma maior participação da sociedade civil nos destinos da educação da população brasileira. Um marco deste desenvolvimento foi a extinção do MOBRAL em 1985, surgindo no seu lugar a FUNDAÇÃO EDUCAR, que deixa de executar diretamente os seus projetos, para apoiar os que já existiam, entre eles, as pesquisas sobre a língua escrita com reflexos positivos na alfabetização de adultos. Em 1988, com a promulgação da nova

Constituição, amplia-se o dever do Estado com a educação de jovens e adultos, com o ensino fundamental garantido a todos os cidadãos, obrigatório e gratuito a todos e a todas.

Com a Constituição Federal de 1988 e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDBEN, (Lei nº 9394 de 1996), a nomenclatura Ensino Supletivo passa a ser Educação de Jovens e Adultos (EJA). O parecer da Câmara da Educação Básica, Conselho Nacional de Educação 11/2000. Nesse parecer a EJA reconhece o direito subjetivo dos cidadãos à educação, na perspectiva das funções reparadora, qualificadora, equalizadora, bem como distingue a EJA da aceleração de estudos, com a concepção da importância de se estabelecer diretrizes curriculares próprias para esta modalidade, procedimentos pedagógicos e formação específica para os professores (SOARES, 1996).

No ano de 1990, o governo federal se desobriga de ser o articulador nacional da EJA, passando para o município a tarefa de criar orientações para a EJA. Diante dessa nova atribuição, os municípios criam parcerias com ONGs (Organizações não-Governamentais), Universidades e outras instituições voltadas para as questões sociais/educativas. Nessa época, surgem os Fóruns de EJA, como espaços de encontros e discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos. Esses Fóruns tinham como objetivo, dentre outros, a troca de experiências e o diálogo entre as instituições. De acordo com SOARES (2004), os Fóruns “são movimentos que articulam instituições e socializam iniciativas, intervindo na elaboração de políticas e ações da área de EJA” (p.38).

A partir desses eventos, a EJA ganha visibilidade como estratégia política de educação voltada para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da Educação. Os órgãos internacionais se manifestam e a UNESCO realiza uma conferência realçando a educação dos países em desenvolvimento com ênfase na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (DI PIERRO, 2005). Há que se destacar que com o surgimento dos Fóruns, a partir de 1997, a história passa a ser escrita em um Boletim de Ação Educativa que socializa uma agenda de Fóruns e os Relatórios dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAS). De 1999 a 2000, os Fóruns passam a marcar presença nas audiências do Conselho Nacional de Educação (CNE), para debater os rumos e diretrizes da EJA para o país. Com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e colocadas as especificidades da clientela desta modalidade de ensino e a demanda, a EJA entra no Plano Nacional de Educação (PNE) tendo reconhecidas suas necessidades em relação à formação continuada de professores, produção de material, técnicas pedagógicas adequadas à faixa etária de seu público.

Este novo quadro para a EJA, faz com que a sociedade, que a partir do início do novo século vive uma revolução em seus meios informacionais com o surgimento das novas tecnologias, fez com que se iniciasse um processo por demandas de novas qualificações para o novo mundo do trabalho, verificando que jovens e adultos sem qualificação não terão como ser incluídos no mercado de trabalho.

Sobre este tema, que associa educação e trabalho, Ramos (2005, p.107-108) comenta:

A produção da existência humana pelo trabalho, que é uma característica inerente ao ser humano de agir sobre o mundo real, apropriando-se de seus potenciais e transformando-o, está na primeira ordem do fazer humano. Por isso, o trabalho é uma categoria ontológica, inerente à espécie dos humanos e primeira mediação na produção de bens, conhecimentos e cultura. Assim, as pessoas para serem socialmente produtivas, tornam-se capazes de se inserir em processos de produção, desenvolvendo atividades específicas que as permitam ser reconhecidas como trabalhadoras. Para isto, devem apropriar-se de conhecimentos necessários ao desempenho dessas atividades (p.107-108).

Pelo fato de atender uma clientela de jovens e adultos, em idade própria ao trabalho, situada a partir dos 15 anos, a educação desenvolvida pela EJA está vinculada em uma posição indissociável do mundo do trabalho e foi esta realidade social que levou à criação do PROEJA, o “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica” na modalidade da Educação de Jovens e Adultos consolidando no âmbito da educação para o trabalho as relações entre o mundo da formação qualificada que articula educação e trabalho.

Contudo, a partir de 2003, no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores, (PT), através da eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, é que a alfabetização de adultos passa a figurar como uma preocupação do Estado brasileiro, passando a erradicação do analfabetismo a ser uma meta. Assim, através do Programa Brasil Alfabetizado e outros programas como o PROJOVEM voltado para jovens entre os 18 e os 29 anos, ganham destaque no atendimento dos adolescentes jovens urbanos e rurais.

Em 2005, mais precisamente em 13 de junho, por meio da Portaria nº 2.080 foi criado o PROEJA que preconizava a oferta de cursos de Educação Profissional integrada com o Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O desafio desse novo currículo integrado, após mais de uma década de sua implantação mostra a sua importância, tendo em vista os milhares de alunos vindos da EJA, que hoje são técnicos formados pelos Institutos Federais no PROEJA. No momento em que há um desmonte das políticas públicas do Governo Federal com o fim de projetos como o PROJOVEM Urbano e outros, os municípios estão se organizando e

promovendo parcerias que respondam de forma positiva ao vazio de recursos para a modalidade no atual governo.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi implantado no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, na forma de cursos voltados para a Formação Inicial Continuada (FIC) que teriam como principal objetivo a habilitação técnica de maneira rápida como sinaliza o Decreto 5.478 de 2005⁸.

Contudo, em 2006 o programa foi revisto e aperfeiçoado com o intuito de integrar a Educação Profissional à Educação Básica criando assim a modalidade da Educação de Jovens e Adultos-EJA com objetivos da formação profissional (BRASIL, 2006).

As alterações promovidas em 2006 com o Decreto 5.840⁹ mantiveram a organização da oferta de cursos de Formação Profissional de nível médio e de formação continuada obrigando as Instituições Federais de Educação Tecnológica a implantarem cursos e programas de PROEJA, sendo que a partir de 2007, com um projeto pedagógico único, estes mesmos cursos foram ofertados na forma de pré-requisito de cursos que integrassem a EJA à formação do trabalho.

De início, a Rede Federal de Educação Tecnológica iniciou a formação dos jovens e adultos, contando com o compromisso dos seus profissionais em termos de abrangência e de aprofundamento dos princípios educacionais do PROEJA. O Documento Base PROEJA diz textualmente: “...essas experiências reafirmam a necessidade de Universalização da Educação Básica aliada à formação para o trabalho, especificamente, aos jovens e adultos que tiveram suas trajetórias escolares interrompidas” (BRASIL, 2009, p. 12). Ainda segundo o Documento PROEJA (2007, p. 15):

Os docentes envolvidos na proposta educativa do PROEJA, visando estabelecer uma relação reflexiva fundamentada nos conhecimentos científicos e tecnológicos, propiciaram atividades de acordo com a especificidade das disciplinas ministradas. Este propósito buscou atender às expectativas dos jovens e dos adultos trabalhadores que foram excluídos do processo educacional na faixa etária regular e que neste momento integravam-se à proposta educativa do PROEJA.

⁸ Art. 1º Fica instituído, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto. Parágrafo único. O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas: I – formação inicial e continuada de trabalhadores; e II – educação técnica de nível médio.

⁹ Art. 1º, Parágrafo 4º - Os cursos e programas do PROEJA deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais.

Art. 6º, Parágrafo único. Todos os cursos e programas do PROEJA devem prever a possibilidade de conclusão, a qualquer tempo, desde que demonstrado aproveitamento e atingidos os objetivos desse nível de ensino, mediante avaliação e reconhecimento por parte da respectiva instituição de ensino.

Entre as críticas feitas por pesquisadores que estudam o ensino profissional, como Frigotto (2005), estão as que analisam o fato da integração mesmo sendo considerada em seu aspecto positivo para os níveis técnico e médio, por outro, mostra que a Política de Educação Profissional processou-se mediante programas focais e contingenciais como: Escola de Fábrica, PROEJA, Inclusão de Jovens – PROJOVEM.

Outros programas como o CERTIFIC (2009) foram elaborados com foco na clientela da EJA, no sentido de oferecer certificação em rede nacional com Formação Inicial Continuada, constituindo-se em política de inclusão social. O PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) criado em 2011, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Formação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de projetos e ações de Assistência Técnica e Financeira. Mulheres Mil (2011), da SETEC/MEC centrado nas mulheres com o objetivo de aumentar a escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Ramos (2005, p. 108), à época do Documento-Base do PROEJA defendeu um projeto de Integração do Ensino Médio com o Ensino Técnico capaz de ter como eixo central o trabalho, a ciência e a cultura, como pressuposto à concepção de um sujeito como ser sócio-histórico. Ainda segundo Ramos “o trabalho como princípio educativo permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, político, cultural das ciências e das artes” (p.108). Já para Ciavatta (2005, p. 85) a ideia de visualizar o trabalho como princípio educativo, o documento base do PROEJA defende, significa superar a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, ou seja, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo com a intenção de formar trabalhadores conscientes e autônomos.

O Documento – Base PROEJA (2007, p. 10) aponta que existia um aumento da demanda social por políticas perenes, pautadas em princípios epistemológicos que garantissem um corpo teórico coerente com a realidade educacional e capaz de respeitar as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas, afetivas dos jovens e dos adultos em situação de aprendizagem escolar. Passados doze anos da elaboração do documento, essa realidade à qual se refere o documento, permanece atual, apesar das muitas leis, resoluções e diretrizes curriculares surgidas até o momento.

No atual contexto da Educação Brasileira os projetos que envolvem a EJA e o PROEJA permanecem na busca da compreensão das necessidades e especificidades inerentes às demandas por qualificação e trabalho dos jovens e adultos. A questão da evasão escolar no PROEJA talvez se apresente como o maior desafio desse importante e indiscutível projeto educativo.

O PROEJA médio integrado após mais de duas décadas de implantação do programa, apesar do incentivo inicial do MEC (Ministério de Educação e Cultura), não conseguiu ser capaz de resolver a inserção periférica do programa na rede federal. Uma das razões apontadas para esta dificuldade está o fato de que alguns programas que passaram a oferecer menor esforço pedagógico e retorno imediato de certificação ocupou espaço no processo de escolarização de jovens e adultos (FRIGOTTO, 2008).

Se a modalidade PROEJA, no âmbito do ensino médio integrado, apresentou problemas na execução dos cursos ministrados que apresentavam uma estrutura curricular única, no âmbito do Ensino Fundamental os desafios se apresentaram maiores. Ao contrário da forma integrada do currículo pela matrícula única do PROEJA, para o ensino fundamental foi criado o PROEJA-FIC (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial Continuada com o Ensino Fundamental) e organizado pela articulação dos municípios com a Rede Federal.

De acordo com o Ofício nº 40 do GAB/SETEC/MEC, a Rede Federal de Educação foi convidada para apresentação de propostas de cursos no âmbito do PROEJA-FIC, sendo esta medida justificada pelos baixos índices de escolarização na educação básica e pelos indicadores negativos de qualificação dos trabalhadores que procuram emprego. A articulação da rede federal com os municípios no intuito de melhorar os indicadores levou a chamada pública a incluir os sistemas penitenciários.

Coube à Rede Federal o processo de implementação dos cursos PROEJA-FIC, a responsabilidade com a gestão dos recursos; a contratação de profissionais para os conteúdos de qualificação profissional com carga horária mínima de 160 horas; a capacitação dos profissionais envolvidos e a preservação dos registros acadêmicos dos alunos e das documentações administrativo pedagógicas que envolvem o programa. Já para os municípios couberam as seguintes atribuições: o cumprimento dos termos de parceria; a autorização para participação dos docentes, técnicos-administrativos e demais profissionais da educação nas ações de capacitação, estudos e pesquisas propostas; colaboração na seleção dos alunos; a oferta do ensino fundamental na modalidade EJA com a carga horária mínima de 1.200 horas disponibilizando os recursos humanos necessários; a oferta conforme o caso de espaço físico para as atividades do programa; a manutenção dos registros acadêmicos dos alunos e a destinação de auxílio-transporte ou equivalente para o deslocamento dos alunos do PROEJA-FIC.

A certificação assinada pelos representantes dos entes federados seja município ou estado e a rede federal, assim como a construção de um projeto pedagógico único para o curso, são ações compartilhadas que consolidam o compromisso com o programa.

O PROEJA-FIC quando surgiu se apresentava como uma iniciativa de apoio à oferta de formação integrada na educação de jovens e adultos do ensino fundamental com total apoio de recursos e assessoria técnica. Contudo, na prática, os cursos não ocorreram dentro deste molde, ao contrário, pois, em virtude da desintegração curricular e da gestão paralela entre os entes federados, desde a primeira chamada da SETEC para as propostas de cursos no âmbito do PROEJA-FIC, articuladas às redes municipais e estaduais, os problemas surgiram impedindo o sucesso esperado.

Segundo Ramos (2016, p.16): “o PROEJA-FIC não logrou êxito em representar uma proposta alternativa de oferta do ensino fundamental a partir de uma formação contextualizada e mediada pelos saberes humanísticos nos termos da educação proposta por Gramsci (2001)”. Muitos desses alunos chegam ao PROEJA marcados por histórias de fracasso e não encontraram um espaço nos cursos PROEJA-FIC que oportuniza esse refletir sobre a realidade na perspectiva de uma visão crítica sobre a própria prática profissional, como conhecimento.

Sobre o PROEJA-FIC, (ALMEIDA, 2012, p.186) comenta:

No caminho oposto, o propagado trabalho como princípio educativo exposto no documento-base do PROEJA-FIC, na implementação do programa traduziu-se como elemento estético, um subterfúgio retórico, que não é apropriado na experiência. O resultado é um movimento de indução do MEC/SETEC que reproduz as mesmas dinâmicas de apartação entre educação básica e educação profissional que não foram capazes, intencionalmente, no programa das lutas de integração subalterna no capitalismo, de superar a dualidade de uma proposta educacional sob o manto da divisão de classes (p.186).

Na prática, o PROEJA-FIC não estabeleceu uma proposta efetiva de compartilhamento, constituindo-se em uma oferta de cursos profissionalizantes aos alunos dos municípios, visto não ter havido uma efetiva integralização curricular. O fato dos professores dos Institutos Federais não estarem preparados para lidar com a clientela da EJA foi outro fator prejudicial associado ao alto índice de evasão dos alunos dos municípios que aderiram ao programa.

A experiência com os cursos FIC em parceria com o município de Campos dos Goytacazes já encontrou professores experientes por atuarem nas turmas do PROEJA há alguns anos, sendo este fator de grande importância para o sucesso do curso e do baixo índice de evasão escolar, em torno de 2% dos alunos que não concluíram o curso. Os desafios são muitos para essa modalidade que

convive com a evasão escolar e a luta pela permanência desses jovens e adultos na escola até o momento da conclusão do curso. Contudo, o espírito colaborativo que atualmente é responsável pelas parcerias como o da EJA municipal e o IFF *campus* Guarus, demonstra que cada vez mais o sonho de que jovens e adultos podem aprimorar conhecimentos e promoverem saltos qualitativos em suas vidas é possível.

3. CAPÍTULO 2 - OS CURSOS FIC E O SEU PAPEL FRENTE AO DESAFIO DE INSERÇÃO NO TRABALHO.

O capítulo em tela aborda os cursos FIC, sua importância social e educativa para os jovens da periferia do IFF – Guarus matriculados em escolas municipais da EJA, na perspectiva de inserção no mundo do trabalho.

3.1 – A base Legal para o Funcionamento dos Cursos FIC.

Em 08 de abril de 2009, como parte de uma ampla reestruturação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir do Ofício Circular nº 40 do SETEC/MEC foram implementados os cursos de Formação Inicial e Continuada integrada com o Ensino Fundamental na modalidade EJA nos municípios brasileiros e nos estabelecimentos penais. A decisão de expandir os cursos FIC para o Ensino Fundamental abriu espaços para atender as demandas de muitas unidades de Ensino, cujos alunos trabalhadores, matriculados na EJA e concluintes do 9º ano do Ensino Fundamental não teriam condições de darem continuidade aos seus estudos. Assim, os cursos FIC foram articulados como uma alternativa da qualificação profissional com possibilidade de entrada no mercado de trabalho a partir de cursos de curta duração que atendessem às necessidades locais e regionais.

A partir do Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005, o PROEJA foi, inicialmente, denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos. Contudo, a partir do Decreto nº 5.840 de junho de 2006, mesmo conservando o nome, o programa teve sua primeira reformulação que ampliou a abrangência do programa para o Ensino Fundamental, passando também a admitir a inclusão de instituições de ensino proponentes das redes estadual, municipal e entidades privadas na oferta de cursos. Foi criado então, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da EJA (MEC, 2007).

Neste contexto, os cursos FIC encontram-se no âmbito do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos) e da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) tanto que o Documento Base que orienta a proposta do PROEJA/FIC esclarece que o programa tem seus alicerces na convergência de três campos da Educação que consideram: a formação para atuação no mundo do trabalho; o modo

próprio de fazer a educação, considerando as especificidades dos sujeitos jovens e adultos (EJA); e a formação para o exercício da cidadania (Educação Básica). Assim, o Programa tem por objetivo integrar conhecimentos da Educação Geral com a Formação Inicial e Continuada por meio de metodologias adequadas aos tempos e aos espaços da realidade dos sujeitos sociais que constituem o público beneficiário.

Na prática, o grande desafio dos programas de educação de jovens e adultos, é construir uma proposta pedagógica que contemple em sua organização curricular a dimensão do trabalho e a elevação da escolaridade, tendo como referência o perfil dos estudantes e suas experiências de vida (BRASIL, 2007). Assim, os cursos de Formação Continuada (FIC), foram articulados como integrantes da Educação Profissional e Tecnológica na Educação Brasileira, através do artigo 39, da Lei de Diretrizes e Bases de nº 9394 de 1996 e regulamentados pela Lei 11.741 de 2008. Estes cursos de Formação Inicial Continuada têm como foco de suas ações estudantes que buscam qualificação e desejam aprofundar conhecimentos para atuarem na área de sua escolha. É importante ressaltar que o funcionamento destes cursos respeite uma série de normativas e condicionantes, como por exemplo, a Resolução do Ministério da Educação, estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Câmara de Educação Básica (CEB), de nº 6 de setembro de 2012, que traz em seu artigo 2º, cáput e § único, a seguinte redação:

Art. 2º. A Educação Profissional e Tecnológica nos termos da lei nº 9394/96 (LDB), alterada pela Lei nº 11.741 de 2008, abrange os cursos de:

I - Formação Inicial Continuada ou Qualificação profissional;

II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

III – Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação;

Parágrafo único. As Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional para o trabalho, entre os quais estão incluídos os cursos especiais abertos à comunidade, condicionando-se à matrícula, à capacidade de aproveitamento dos educandos e não necessariamente aos correspondentes níveis de escolaridade. (Resolução nº 6 de 20/9/2012, MEC/CNE/CEB).

A referida resolução em seu artigo 36 ainda observa a carga horária dos cursos FIC quando diz:

Art. 36 – Para prosseguimento de estudos, a Instituição de Ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências do estudante, desde que diretamente relacionados em outros cursos de Educação Profissional de Nível Médio:

II – Em cursos destinados à Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante.

Em 2016, através da Resolução nº 033, o Instituto Federal Fluminense (IFF) aprova o documento “Concepções e Orientações Gerais para a oferta de Cursos de Formação Inicial Continuada (FIC), no âmbito do Instituto Federal Fluminense”. Esta Resolução, além de corroborar com as demais legislações no âmbito Federal estabelecidas pelo MEC, ainda considera que:

Faz parte da característica dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) a flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente de seus cursos, currículos e programas, os quais se encontram a cargo da Instituição de Ensino, que deve a identidade, qualidade e clareza na identificação do perfil profissional de conclusão do curso. (p.13).

3.2 - A inserção e funcionamento dos Cursos FIC no Instituto Federal Fluminense

A Resolução nº 033 de 2016 do IFF, ainda contempla a abertura para as parcerias com outras instituições e modalidades de ensino ao considerar que:

[...] devem ser desenvolvidas estratégias de aproximação dos cursos de Formação Inicial Continuada com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no segmento final do Ensino Fundamental, permitindo-se o aproveitamento contínuo dos estudos e se ampliando às possíveis formas de inserção dos estudantes no mundo do trabalho.

Este processo consolida a parceria que dá corpo ao presente trabalho. Quanto aos eixos temáticos que estruturam a proposta curricular apresentada pelo IFF para os cursos FIC estão:

- Fundamentação (Conhecimentos de Língua Portuguesa, Matemática, Inclusão Digital);
- Sociedade, Cidadania e Identidade (Cidadania Crítica e Participativa, Autoestima, Identidade Cultural do Trabalhador);
- Participação e Trabalho (o novo mundo do trabalho, mudanças, realidade das relações capital/trabalho);
- Qualificação Profissional (60% da carga horária total do curso com ênfase aos saberes específicos da área de qualificação).

Com certificação comprovada, a legislação do IFFluminense sobre os cursos de Formação Inicial Continuada, ainda aborda na Resolução 033/2016, o acompanhamento dos egressos, tanto para os cursos do PROEJA quanto para o mercado de trabalho.

Cabe destacar que um dos fatores mais importantes nos cursos FIC é a possibilidade de

aproveitamento das experiências e vivências de trabalho que esses alunos trazem para a sala de aula. Afinal, mesmo que tenham vivenciado experiências de trabalho precarizadas, eles são trabalhadores e podem refletir sobre suas experiências, tornando esta formação como um ponto inicial de sua colocação no mercado de trabalho. O fundamental é que esses sujeitos tenham a oportunidade de visualizarem o trabalho em suas várias dimensões, superando uma visão reducionista de que a Educação Profissional pode ser baseada, simplesmente, na prática oriunda do senso comum (Ofício Circular n.º 40 SETEC/MEC). Neste sentido, pode-se afirmar que os cursos FIC aspiram “uma formação que permita a mudança de perspectiva por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais” (BRASIL, 2009, p. 5). A proposta pedagógica dos cursos FIC se consubstancia em uma proposta pedagógica baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa progressista e transformadora, nas bases legais da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira, explicitadas na Lei 9.394/96 e atualizada pela Lei 11.741/08, e demais resoluções que normatizam a Educação Profissional Brasileira, mais especificamente a que se refere à Formação Inicial e Continuada (BRASIL, 2008).

A baixa formação e qualificação dos trabalhadores têm sido identificadas como um dos principais entraves à operacionalização e administração das indústrias instaladas na nossa Região Norte Fluminense (MAGGI, Diego. DIEESE), dadas às dificuldades encontradas para o preenchimento das vagas com mão de obra qualificada. Focados nestas necessidades, os cursos FIC teriam o potencial de desenvolver competências necessárias para o aluno ter uma ocupação, possibilitando assim uma rápida entrada no mercado de trabalho ou ajudam profissionais que já estão no mercado a atualizarem seus conhecimentos.

As taxas de desemprego no Brasil ficaram em 11,6% em dezembro de 2018 atingindo 12,2 milhões de brasileiros fora do mercado formal de trabalho, no momento da realização deste estudo, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, é importante frisar, que este projeto busca apresentar os pressupostos históricos, teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da proposta de implementação do curso em consonância com o Projeto Político Pedagógico Institucional.

4. CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

A metodologia é do tipo qualitativa, bibliográfica, descritiva que utiliza como instrumentos de coleta de dados, questionário com os alunos que formam a clientela do projeto IFF – Guarus/EJA municipal, e entrevistas com os gestores e professores do curso.

4.1 – Definição do Campo de Estudo

4.1.1 - *A formação do contexto sociopolítico e econômico do Município de Campos dos Goytacazes.*

O Município de Campos dos Goytacazes, ao longo de sua história, teve como economia básica o setor sucroalcooleiro, que viveu um período áureo durante a primeira metade do século XX, que perdurou até a década de 1980, com poucas usinas em funcionamento, a partir de grandes volumes de produção nas usinas de açúcar da região. Com a modernização industrial provocada, sobretudo, pelas novas tecnologias e máquinas industriais de última geração, as usinas locais pouco investiram entrando em processo de decadência.

Segundo Viana (2002), os herdeiros da falência das usinas foram os trabalhadores e os filhos dos trabalhadores do campo, haja visto que nos bastidores do “glamour” da vida abastada dos donos de usinas e dos grandes latifundiários havia um enorme número de trabalhadores precarizados e sem qualificação que atuavam na ponta do processo cortando cana nos canaviais e realizando o trabalho pesado.

Em um caso que resume a inserção da classe trabalhadora em condições periféricas em Campos dos Goytacazes, estudos realizados pela UFF (2008) sobre a “Cidade de Palha”, o bairro de Custodópolis em Guarus apontaram que, grande parte dos moradores dessa região periférica é composta por ex-trabalhadores rurais e seus familiares. A ocupação desta área periférica veio sendo realizada a partir dos ciclos migratórios provocados pela decadência do setor sucroalcooleiro. Deste modo, é possível afirmar que a presença de um *campus* do Instituto Federal Fluminense no Distrito de Guarus é uma importante contribuição aos jovens da localidade que têm a oportunidade de ampliar seus estudos em uma instituição preocupada com a qualidade das ações educativas (Figura 1).



Figura 1 – Foto aérea do IFF campus Campos Guarus

Neste contexto, os jovens e adultos, que já concluíram o Ensino Fundamental ou que, estão em fase de término do curso, à medida que oportunizam a iniciação para o trabalho e a orientação para um projeto futuro de formação técnica profissional, sobretudo para os jovens das periferias de Campos dos Goytacazes. As periferias do município assim como a zona rural, apresentam um quadro dramático em relação à ocupação dos jovens na faixa etária dos 18 aos 29 anos. É importante destacar que esta realidade, em grande parte, é fruto da falência da Escola Pública responsável pela educação básica de milhares de crianças (O GLOBO, G1. Elinda Oliveira em 27/052019). As taxas de evasão no Ensino Regular, como na Educação de Jovens e Adultos (EJA), revelam a existência de um entrave, sobretudo na passagem de um segmento ao outro do Ensino Fundamental, estando em torno de 32% na EJA.

Segundo Guimarães (2004) o horizonte pedagógico sob a égide do capital reflete as dificuldades existentes no mundo do trabalho no atual contexto mundial, onde imperam a grande concorrência e um amplo processo de precarização. Portanto, é necessário pensar uma formação profissional com uma nova tipologia alicerçada em uma sólida base educacional de formação geral,

fundamentada no conhecimento técnico-científico. Deste modo, torna-se um grande desafio a implementação de cursos FIC, que têm se colocado como missão o atendimento educacional e o treinamento técnico-científico de jovens e adultos vindos de escolas públicas. Neste sentido, este projeto busca sua validação a partir da relevância social existente na consolidação de cursos de curta duração que estejam alinhados às vocações do público que será atendido, ao mesmo tempo em que atenda às demandas dos empregadores. Portanto, o Curso FIC caracteriza-se como ponto de partida para o ingresso no mercado de trabalho, habilitando o indivíduo à atuação em determinada área do conhecimento.

4.1.2 - A inserção do IFF Guarus no horizonte educacional e de transformação do seu entorno.

Campos dos Goytacazes é o maior município em extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente rivaliza com Macaé o posto de principal economia do Norte Fluminense tendo como principal fator econômico os expressivos volumes de royalties recebidos pelo setor de exploração de petróleo e gás da Bacia de Campos. Por possuir uma história econômica e política marcada por uma agricultura falida e por uma série de desmandos políticos que culminaram com altas taxas de desemprego, aumento da pobreza e precarização das condições de trabalho, o município de Campos dos Goytacazes sofre com a crise de desemprego que tomou conta do país. Esta realidade se tornou dramática durante a década de 1980, onde se experimentou um crescente desencanto, passando por um período de enriquecimento do setor público com os royalties do petróleo, e atualmente vivendo um quadro de depressão econômica através da crise que se abateu no país a partir de 2015, quando a economia brasileira começa a ruir com o decréscimo dos preços das *commodities* no mercado internacional.

Além de todas essas colocações, é importante frisar que as oportunidades educacionais dos alunos da periferia do município de Campos dos Goytacazes de realizarem um curso profissionalizante em uma escola que pautar por um ensino de qualidade e que tem compromisso social com a melhoria das condições de vida, de educação e de trabalho desses jovens e adultos, já justificaria o esforço desse trabalho acadêmico. A parceria IFF/EJA do município traduz o modelo de Educação que nasce da integração de propósitos, sempre em nome de uma educação que prepare sujeitos, que além da competência técnica, sejam cidadãos comprometidos com as melhorias do seu lugar, de sua gente e do seu país. Deste modo, torna-se importante avaliar o processo de aprendizagem desses jovens na formação de competências e habilidades através do acompanhamento

pedagógico ao longo do curso, pelo fato do município de Campos dos Goytacazes não possuir grandes indústrias os gestores dos cursos FIC tiveram que realizar um levantamento da demanda local, tendo em vista atender às necessidades locais e a ocupação imediata dos jovens concluintes dos cursos.

O produto educacional, como parte do compromisso em ampliar as discussões acerca da efetivação da política dos cursos FIC, surge como um documento que busca efetivar a política do IFF/Guarus em cumprir sua função social no atendimento à comunidade local do município que apresenta uma desigualdade social acentuada pelas crises históricas vivenciadas. Neste sentido, a projeção deste produto vem da percepção da existência de um vácuo entre a oferta de cursos FIC e a efetiva vocação da clientela atendida por estes cursos. Portanto, se faz necessário promover a aproximação entre aquilo que identificamos como as três vertentes de consolidação dos cursos FIC: perspectiva dos alunos, oferta de cursos por parte das Instituições e apresentação do formado ao mercado de trabalho.

Este estudo buscará conduzir suas contribuições na criação de uma sequência de instrumentos de coleta de dados e informações acerca de cada vertente identificada como a base de funcionamento dos cursos FIC. A partir destes instrumentos o que se pretende é estabelecer um mecanismo de apoio para a tomada de decisão, tanto do órgão público estudado, quanto do público alvo para a formação técnica, e também conhecer as oportunidades de postos de trabalho disponíveis para os profissionais formados.

O que se pretende, a partir da identificação dos principais agentes responsáveis por estas dimensões, é o levantamento de variáveis que irão ajudar a compreender melhor a dinâmica que poderá otimizar a oferta de cursos FIC vinculados à EJA. Neste sentido, o produto que será criado deverá ser formatado a partir de levantamentos feitos por questionário/entrevista de fácil aplicação que darão aos setores envolvidos, um levantamento das demandas dos cursos FIC, os elementos concretos que irão colaborar na elaboração do produto. O produto que deverá ser formatado, ao término da pesquisa e dos instrumentos de coleta de dados aplicados, cujos resultados apontarão a necessidade de criar procedimentos que facilitem a interlocução entre as instituições envolvidas. Trata-se de um Protocolo de Intenções, na forma de um produto institucional facilitador das relações educativas que será apresentado, na forma de um “link” disponibilizado no site/portal do IFFluminense, onde os vários municípios da região possam acessá-lo.

4.2 - Formas de Abordagens ao Objeto

O objeto deste estudo apresenta uma complexidade que nasce do fato de envolver cursos de especialização voltados para uma clientela oriunda da EJA do Ensino Fundamental do município, que apesar de não possuírem uma escolaridade completa, necessitam de qualificação que melhore suas chances de entrar no mercado de trabalho.

4.2.1 – A construção do olhar sobre o objeto

Como abordagens metodológicas foram escolhidas para este estudo diferentes tipos de instrumentos de coleta de dados que buscam compreender este objeto dentro de sua complexidade. Para André (2002), a presença do pesquisador envolvido no processo de busca e análise dos dados é de extrema importância em pesquisas de cunho social, visto que nestas pesquisas a imersão do pesquisador no campo é um elemento de suma importância para a compreensão de todas as nuances do objeto. A execução deste estudo se dá no âmbito do *campus* Guarus pertencente ao Instituto Federal Fluminense (IFF), lócus da pesquisa e do processo de observação e análise empírica desta pesquisa.

O percurso metodológico da presente pesquisa que tem como objeto avaliar o processo de implementação dos cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) no IFF *campus* Guarus na parceria com a EJA do município, cuja contrapartida é a clientela concluinte do 9º ano do Ensino Fundamental das escolas municipais da EJA; por se tratar da efetivação de uma política pública educacional, apresenta-se como um desafio na estruturação do diálogo entre as instituições parceiras e suas competências no âmbito da aproximação que busca aprimorar as relações entre os entes públicos que cumprem funções sociais no âmbito da educação.

O IFF Guarus encontra-se situado em um bairro periférico do município de Campos dos Goytacazes atendendo, em grande parte, à clientela das comunidades circunvizinhas que apresentam perfil socioeconômico abaixo da média da renda nacional. A Instituição centrada no ensino técnico de caráter profissionalizante tem procurado atender às demandas locais, sendo os cursos FIC uma resposta a essa demanda dos jovens e adultos por qualificação.

Como Técnica em Educação com formação pedagógica, a pesquisadora desde o início do processo de formatação dos cursos FIC esteve presente como colaboradora em reuniões uma vez que

a área de atuação à qual se dedica no IFF Guarus é a dos cursos profissionalizantes. Sendo assim, esteve envolvida com o processo de implementação, presente desde o momento da acolhida dos alunos da EJA até o dia a dia da dinâmica das aulas. Em consequência deste envolvimento a linha metodológica adotada foi a Pesquisa-Ação na forma da pesquisa qualitativa. Segundo (ABDALLA, 2005, p. 386):

Adotar a pesquisa-ação como concepção metodológica seria a melhor forma de apreender a realidade, pensá-la na fluidez de seu processo e, principalmente, possibilitar o envolvimento ativo dos estudantes na realidade a ser investigada. Desse modo a pesquisa-ação se situa como um instrumento para compreender a prática, avaliá-la e questioná-la, exigindo assim, formas de ação e tomada consciente de decisão.

O envolvimento da pesquisadora com o projeto estendeu-se aos coordenadores, aos professores e aos alunos, sugerindo desde o início da pesquisa um roteiro metodológico para a pesquisa-ação, sendo que a pesquisa ocorreu a partir de agosto de 2017, como: participação nas reuniões que antecederam a implementação do projeto com a presença dos parceiros; participação na elaboração do processo seletivo com critérios na forma de edital; acompanhamento dos processos de inscrição, inclusive, alguns deles realizados nos computadores do IFF- Guarus; aula inaugural e recebimento dos alunos; acompanhamento do cotidiano de chegada, entrada, infrequência dos alunos; contato diário com os coordenadores e professores ouvindo sobre os alunos; intervenções pedagógicas e observação de atitudes.

Esse processo ocorreu ao longo de todo o curso e para dar voz aos diversos atores, a coleta de dados utilizou instrumentos metodológicos como o questionário, a entrevista e os depoimentos dos alunos que concluíram o curso, como amostragens da pesquisa, esses dados apresentam os resultados que serão discutidos posteriormente. A aula inaugural ocorreu em 10 de maio de 2018 e tendo, como culminância, a formatura/certificação em 28 de março de 2019.

4.2.2 - Questionários

Em relação ao questionário, (RICHARDSON, 2015, p. 189) considera ser “um instrumento importante na coleta de informações que apontam descrições das características do (s) pesquisado (s) como determina preferências, opiniões, visão de mundo”. Para Richardson, fica a critério do pesquisador estabelecer o número de perguntas, bem como o seu conteúdo. A pesquisa sobre o processo de implantação dos cursos FIC, utilizou o questionário semiestruturado (Anexo VII) com

questões objetivas/fechadas para escolha de um só item e questões abertas, opinativas, analisadas a partir de categorias de análise previamente fixadas. Estas questões foram estabelecidas buscando conhecer principalmente os seguintes parâmetros:

- Realidade Socioeconômica do entrevistado e sua família;
- Formação educacional anterior à matrícula no IFF Guarus;
- Perspectivas frente à formação a ser oferecida pelo curso;
- Perspectivas sobre a inserção no mercado de trabalho

Quanto à análise de conteúdo das entrevistas, um dos instrumentos utilizados na coleta de dados, Richardson (2015, p. 224) diz ser “uma técnica utilizada para estudar material de tipo qualitativo”. O autor diz que deve ser feita uma primeira leitura para organizar as ideias incluídas para, posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam. Em sua natureza científica, a análise do conteúdo da fala dos entrevistados, “deve ser rigorosa, eficaz e precisa e no processo de compreensão melhor do discurso deve-se aprofundar o entendimento das características gramaticais, cognitivas, ideológicas, bem como críticas e tendenciosidades” (RICHARDSON, 2015, p. 224).

O tratamento dado aos resultados da pesquisa envolveu diferentes abordagens, pois para os questionários, a representação dos itens da parte fechada das perguntas foi apresentada através de tabelas e gráficos, ao passo que as questões abertas foram agrupadas para se ter uma amostra dos pontos mais significativos ligados aos objetivos da pesquisa.

Quanto às entrevistas, a análise de conteúdo destacou as respostas e posições de coordenadores, professores, parceiros, que no critério adotado pela pesquisadora, representavam respectivamente: a importância do projeto de parceria EJA/SMECE e FIC/IFF; a função social dos cursos FIC e a importância na aprendizagem e qualificação dos estudantes, incluindo forma de permanência escolar e continuidade de estudos.

4.2.3 Entrevistas com Gestores

As variáveis que de forma geral foram elencadas na pesquisa junto aos gestores foram: prática pedagógica; metodologia; mercado de trabalho local, parceria EJA-IFF; trabalho qualificado; complementação pedagógica; função social dos cursos FIC. Essas variáveis aparecem nas respostas

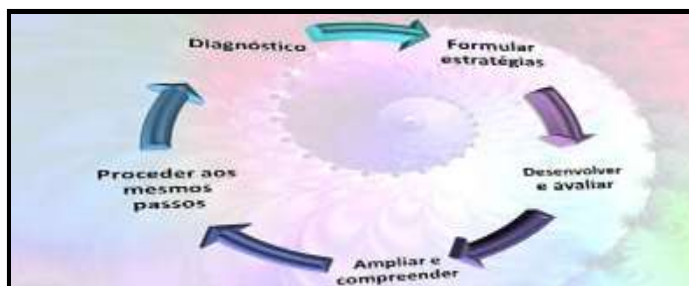
dos gestores representantes das diversas instituições, conforme análise dos resultados e representados nas tabelas registradas no corpo do trabalho. Participaram das entrevistas os seguintes gestores:

- Amanda Passalini – (Gerência da Educação de Jovens e Adultos da SMECE)
- Ana Paula Fernandes Klem- (Coordenadora do curso FIC Balconista de Farmácia)
- Monique de Freitas Netto- (Diretora de Ensino e Aprendizagem IFF Guarus)
- Rogério Mattoso- (Superintendente de Trabalho e Renda da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes)
- Thiago Tadeu Ribeiro Sousa (Coordenador dos Cursos FIC Operador de Computador e Instalador Eletricista Predial de Baixa Tensão)

4.3 - Estrutura da Pesquisa em sua condução metodológica: Pesquisa-ação.

A necessidade de produzir um conhecimento aplicável a partir de uma reflexão teórica é um desafio próprio dos Mestrados Acadêmicos. Esta realidade nos permite colocar em prática uma série de perspectivas metodológicas que na prática estabelecem uma profunda relação entre o pesquisador e a realidade a ser pesquisada (Figura 2).

Figura 2 – Espiral da Pesquisa-ação



Neste sentido, a pesquisa-ação como metodologia possibilitou a observação e a aplicação da teoria à prática pedagógica mediadora no processo de implantação dos cursos FIC e os instrumentos utilizados, o alcance de uma visão ampla da dinâmica desse processo, que é novo para os parceiros e

pioneiro no IFF- Guarus. O produto resultante de toda essa trajetória é o resultado aprimorado de todas as questões institucionais, pedagógicas e gestoras reveladas na pesquisa.

4.4 O produto resultante da pesquisa.

A pesquisa teve início a partir do convênio que o IFFluminense, *campus* Guarus realizou com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Campos dos Goytacazes (SMECE). Foram muitas reuniões com representantes das partes envolvidas para que fossem estabelecidas as devidas atribuições e competências de cada ente federado.

À época em que iniciamos a pesquisa exploratória no sentido de analisar as demandas dos alunos da EJA (9º ano do Ensino Fundamental das escolas municipais), o orientador deste trabalho acadêmico questionou o fato do projeto de parceria se dirigir a apenas um município, quando o Instituto Federal Fluminense possui vários “*campi*” em diversos municípios da Norte e Noroeste Fluminense. Em virtude desta sinalização e dialogando com as diversas instâncias do IFFluminense, como a reitoria e coordenadores, optamos por elaborar um Protocolo de Intenções que favorecesse futuros convênios e parcerias com municípios da região.

O primeiro passo foi conhecer a legislação pertinente aos cursos FIC em sua profundidade analisando viabilidades e prioridades. O que nos moveu desde o momento em que vislumbramos a possibilidade de extensão do projeto, foi o reconhecimento da função social dos cursos FIC que têm por clientela jovens com baixa escolaridade inseridos em escolas públicas municipais e que demandam por qualificação profissional com o intuito de entrar no mercado de trabalho.

Um segundo passo foi viabilizar a publicitação deste Protocolo de Intenções para que todos os dirigentes municipais tivessem acesso, por isso tratar-se de um produto tecnológico, visto que a ideia é disponibilizar esse Protocolo no site/portal do IFFluminense para quem se interessar, aberto aos parceiros que desejem estabelecer contato com o IFF, enquanto instituição educacional.

Pela legitimidade dos cursos FIC, pelo papel social que desempenham e pelo interesse do MEC/SETEC em atender à juventude por meio de políticas públicas de educação, considerando pertinente estender a experiência bem sucedida de Campos dos Goytacazes a outros municípios, mesmo reconhecendo que o momento vivido pelo país com o desmonte das políticas educacionais, tem-se as legislações do Ensino Profissional Tecnológico que continuam em vigor.

Segue o Protocolo, o produto resultante da pesquisa sobre a parceria EJA municipal e IFF *campus* Guarus.

O “PROTOCOLO de INTENÇÕES” da parceria EJA/FIC - municípios do Norte/Noroeste Fluminense e Instituto Federal Fluminense propõe:

- 1- Que os entes envolvidos nessa parceria educacional sejam públicos e ofereçam cursos gratuitos;
- 2- Que o público seja formado por alunos da rede pública municipal, concluintes do Ensino Fundamental (9ª fase) e estejam na faixa etária a partir dos quinze anos;
- 3- Que o IFFluminense elabore o processo seletivo em parceria com os municípios, incluindo edital contendo normas e critérios de inclusão nos cursos;
- 4- Que Ementas e PPC's sejam elaborados, levando em consideração as habilidades básicas essenciais ao perfil dos cursos;
- 5- Que os municípios realizem, no âmbito de suas instituições, projetos de complementação pedagógica dos componentes: Língua Portuguesa e Matemática, a partir da 8ª fase, com suporte do IFF na formação dos professores;
- 6- Que as reuniões de planejamento dos cursos e elaboração de diretrizes sejam colaborativas, com participação de gestores municipais, reitores e coordenadores dos cursos FIC;
- 7- Que seja feito um cadastro da demanda de vagas nas áreas específicas dos cursos, tendo em vista o mercado de trabalho e a relação das instituições de ensino e o setor empresarial;
- 8- Que, ao longo dos cursos, sejam realizadas avaliações por parte de ambos os parceiros com análises da continuidade de estudos na área dos cursos FIC, dos egressos;
- 9- Que sejam respeitados os princípios legais, institucionais, educativos dos cedentes público, bem como aos limites dados pela parceria quanto às competências de cada um;
- 10- Que professores e alunos sejam vistos como cidadãos portadores de direitos e deveres, de compromisso social, de responsabilidades, respeitados dentro do papel que ocupam nos termos da parceria entre o município e o Governo Federal através do Instituto Federal Fluminense.

O produto resultante da pesquisa com as devidas explicações em relação ao acesso dos municípios e especificações do estabelecimento de parceria encontra-se no “Protocolo de Intenções” para Convênio das Secretarias Municipais através da modalidade EJA e dos Cursos FIC do IFF Guarus, presente no Anexo I.

5- RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. Análise dos Questionários – Situação Socioeconômica dos alunos entrevistados

O questionário estruturado aplicado aos estudantes selecionados para os cursos FIC da parceria IFF/EJA do município de Campos dos Goytacazes teve por objetivo traçar o perfil socioeconômico desses jovens e adultos, tendo em vista a função social que sustenta essa modalidade de ensino, a EJA. As tabelas e gráficos acoplados apresentam-se com as questões referentes no corpo do questionário, além de apresentar as porcentagens relacionadas à totalidade dos alunos incluídos nos cursos. Ao todo o número de alunos que responderam ao questionário foi de 50 estudantes selecionados entre os cursos oferecidos pelo Campus Guarus (Tabela 1). Entre os alunos matriculados no curso de Balconista de Farmácia, 7 pertenciam ao gênero masculino e 22 do gênero feminino. No curso Operador de Computadores, 8 alunos eram do gênero masculino e 4 do gênero feminino. Quanto ao curso de Eletricista Instalador, 17 do gênero masculino e 4 do gênero feminino.

Tabela 1 – Composição Amostral dos Alunos dos Cursos FIC

CURSO	RESPONDENTES
Balconista de farmácia	24
Operador de computador	16
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	10
TOTAL	50

Fonte: Elaboração própria, (2019)

O curso Balconista de Farmácia foi o mais concorrido devido a expansão das redes de drogarias em nossa região, em razão do número de matriculados. Os alunos, concluintes do curso, poderão atuar nas farmácias de manipulação, farmácias de hospitais, unidades básicas de saúde, farmácias populares e pronto-atendimentos.

Tabela 2 – Idade em anos dos respondentes.

IDADE	NÚMERO DE ALUNOS
De 15 a 18 anos	3
De 18 a 25 anos	30
De 25 a 30 anos	12
De 30 a 40 anos	5
TOTAL	50

Fonte: Elaboração própria, (2019)

De acordo com a amostragem da Tabela 2, o perfil de idades dos respondentes dos cursos FIC prevalece em 60% entre 18 e 25 anos. Constata-se, portanto, que para a maioria desses alunos, a EJA/FIC é a via rápida, como forma de recuperar o tempo perdido decorrente da evasão ou da defasagem idade-série.

Tabela 3 - Principais ocupações dos alunos entrevistados

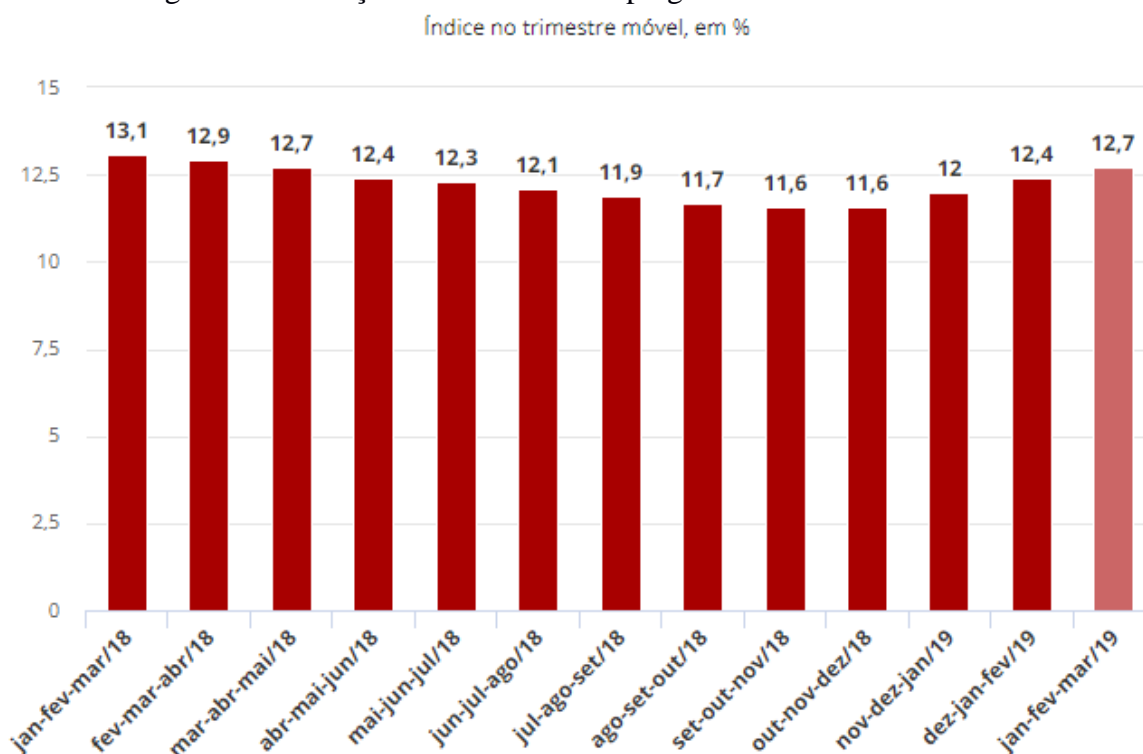
SITUAÇÃO DE TRABALHO	QUANTIDADE	QUANTIDADE %
Empregado com carteira assinada	1	2%
Empregado sem carteira assinada	1	2%
Faz bico	0	0
Desempregado	25	50%
Dono ou dona de um negócio	0	0
Autônomo	3	6%
Cooperativado	0	0
Não trabalha (estudante)	15	30%
Aposentado por idade	0	0
Aposentado por invalidez	0	0
Aposentado por tempo de contribuição	0	0
Impossibilitado de trabalhar (deficiência)	0	0
Não responderam	5	10%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

Entre os entrevistados ficou evidente que a opção pelos cursos FIC aparece como uma oportunidade para opor-se ao desemprego, visto que a situação de trabalho é bastante precária. Os resultados apresentados em que a maioria dos jovens e adultos que buscam os cursos FIC é de desempregados (50%), sendo também formada por não-trabalhadores que se colocam na condição de estudantes (30%), ao passo que autônomos só representam 6% dos participantes da pesquisa (Tabela 3).

Os dados de emprego e renda apurados neste estudo apontam para uma prevalência da situação de sub-ocupação ou mesmo de desemprego estrutural. Neste sentido, o resultado referente aos dados de ocupação da população pesquisada evidencia a existência de um padrão consolidado, conforme o restante do país, de uma taxa elevada de desemprego entre os anos de 2018 e 2019 (Figura 3).

Figura 3 – Evolução da taxa de desemprego no Brasil entre 2018 e 2019



Fonte: ALVARENGA; SILVEIRA, (2019)

Estes dados ainda refletem a tendência apontada pelo IBGE, que vem registrando a persistência de alta do desemprego no 1º trimestre de 2019, o que representa a entrada de 1,2 milhão de pessoas

na população desocupada na comparação com o trimestre encerrado em dezembro. É importante ressaltar que o ano de 2019 vem registrando a permanência de um índice bastante elevado no desemprego no Brasil, sendo que a taxa de desocupação vem se mantendo em 12,4% da população, o que em números absolutos representa 13,1 milhões de brasileiros desempregados (ALVARENGA; SILVEIRA, 2019).

Quanto à composição da renda familiar verifica-se que a população atendida pelos cursos FIC oferecidos pelo IFF Guarus é composta em sua maioria por pessoas de baixa renda, onde 80% dos entrevistados afirmaram que sua renda familiar é menor do que um salário mínimo (Tabela 4).

Tabela 4- Nível de Renda Familiar

RENDA FAMILIAR	QUANTIDADE	QUANTIDADE%
Menos de um salário mínimo	40	80%
Entre um e dois salários mínimos	10	20%
De dois e três salários mínimos	0	0
De três a cinco salários mínimos	0	0
De cinco a dez salários mínimos	0	0
Acima de dez salários mínimos	0	0
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

O baixo nível de renda familiar dos entrevistados demonstra que existe dificuldade no que tange a manutenção destes jovens e adultos no ambiente escolar, visto que é patente a necessidade de compor a renda familiar. Por outro lado, o nível de renda também deixa claro que o funcionamento da política pública vem atingindo um público extremamente vulnerável no que tange ao processo de geração de renda, o que é bastante positivo para a efetivação da política pública educacional, pois com uma eventual melhora dos indicadores econômicos, estes indivíduos poderão ser absorvidos de maneira mais rápida pelo mercado de trabalho.

A situação dos entrevistados no que se refere ao seu posicionamento na composição da renda familiar revela um dado interessante pois a maioria dos entrevistados se encontra em uma posição de dependência na geração de renda. Este dado sugere ainda que os entrevistados estejam em uma situação de desalento econômico, visto que a situação de dependência somada à baixa renda familiar age como um componente de desagregação e desfuncionalidade econômica destes jovens e adultos perante a economia formal (Tabela 5).

Tabela 5 – Função Econômica dos alunos na família.

FUNÇÃO ECONÔMICA NA FAMÍLIA	QUANTIDADE	QUANTIDADE%
Sou chefe de família	1	2%
Sou dependente	37	74%
Ajudo nas despesas	11	22%
Não ajudo	0	0
Não responderam	1	2%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

Os dados apurados ainda revelam que os jovens e adultos entrevistados ajudam na composição da renda apresentando uma parte menor dos entrevistados, o que coloca uma perspectiva adicional sobre a capacidade que os cursos FIC possuem em promover a integração destes indivíduos no mercado de trabalho.

Outro dado importante para compreender a situação de vulnerabilidade social que se encontra a população atendida pelos cursos FIC do IFF Guarus é a situação de moradia dos entrevistados (Tabela 6). Quanto à questão da moradia, o quadro apresentado na tabela é bastante diversificada revelando ser a questão do “teto”, um problema que aflige a população pobre do país. 32% dos estudantes selecionados para os cursos de Formação Inicial Continuada (FIC), residem em imóveis próprios quitados; ao passo que 14% moram em imóveis adquiridos por herança; enquanto que 26% moram em imóveis alugados, 2% em imóveis cedidos, 12% tomaram posse, 4% ocuparam terrenos e 6% não se enquadraram em nenhum desses casos, respondendo ao item “outros”.

Tabela 6– Situação de Moradia dos alunos entrevistados.

SITUAÇÃO DO IMÓVEL	QUANTIDADE	QUANTIDADE%
Próprio quitado	16	32%
Próprio financiado	0	0
Próprio adquirido por herança	7	14%
Próprio através de programa habitacional	0	0
Alugado	13	26%
Cedido	1	2%
Posse	6	12%
Terreno ocupado	2	4%
Não responderam	2	4%
Outros	3	6%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

Chama atenção entre as respostas dos entrevistados um percentual de famílias que pagam aluguel, pois este dado somado à baixa renda familiar apurada por esta pesquisa demonstra um alto grau de comprometimento da renda familiar com a moradia. Por outro lado, os dados sobre a moradia chamam também a atenção para o fato de que as políticas públicas de assistência social estão sendo realizadas de forma compartimentada, visto que Campos, na última década, teve um amplo programa habitacional: “Morar Feliz”. Neste sentido, é importante também reconhecer que a ausência de um diálogo entre estas políticas de caráter socioassistencial demonstra uma desarticulação que poderia ser feita a partir do encaminhamento dos alunos dos cursos FIC para um atendimento mais amplo junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

Em se tratando da condição de moradia, os alunos dos cursos FIC revelam ainda um papel central que o apoio familiar tem junto à permanência destes nos cursos. Por outro lado, os programas têm demonstrado uma capacidade de atingir de fato os indivíduos que necessitam de acesso aos programas de formação profissional. O percentual de alunos que habitam com os pais é bastante elevado, demonstrando que a presença econômica destes indivíduos junto à composição da renda familiar é urgente. A situação é mais dramática quando se verifica que o percentual dos alunos que são a base da estrutura familiar tem uma grande representatividade percentual, chegando a expressar 20% da amostra (Tabela 7).

Tabela 7: Com quem você mora?

MORA	QUANTIDADE	QUANTIDADE%
Sozinho/sozinha	1	2%
Somente com cônjuge	0	0
Com cônjuge e filhos	10	20%
Com cônjuge, filhos e netos	0	0
Somente com filhos	1	2%
Com pai e mãe	0	0
Com pai, mãe e irmãos	9	18%
Com mãe e irmãos	21	42%
Com pai e irmãos	0	0
Somente com pai	0	0
Somente com a mãe	1	2%
Outras	2	4%
Não responderam	5	10%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

É importante notar que a maior parte desses estudantes reside com pai e mãe, o que demonstra uma tendência crescente no país conforme dados do PNAID (2019) na última atualização, além de

um número significativo de alunas, que vivem somente com filhos, apontando para outra realidade brasileira que é o número de mulheres que são “arrimo” de família.

A situação de desalento econômico da amostra é reflexo direto da falta de oportunidades de empregabilidade destes indivíduos que se encontram, em sua maioria, em situação de desemprego formal e inseridos na economia do trabalho de maneira periférica e informal. Quanto às oportunidades ou a falta destas, os alunos foram instados a responderem sobre as motivações de estarem desempregados (Tabela 8).

Tabela 8 - Se não se encontra formalmente empregado, por qual motivo?

DESEMPREGADO POR	QUANTIDADE	QUANTIDADE %
Por escolha própria	0	0
Não conseguir emprego formal	12	24%
Falta de qualificação	33	66%
Não responderam	5	10%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

As respostas apuradas revelam que existe uma internalização do discurso meritocrático em que a falta de oportunidades ou problemas na macroestrutura econômica são transpostos para a responsabilidade individual dos trabalhadores, criando assim uma opacidade frente às reais causas do desemprego em os mais pobres. Segundo os alunos que responderam aos questionários a principal causa de permanecerem desempregados é pela ausência de qualificação, e o fato de não conseguirem um emprego formal é também consequência desse fato, pois as ofertas para quem não possuem qualificação são de trabalho precarizado, terceirizado e sem qualquer garantia trabalhista.

É importante ressaltar que dados divulgados pelo IBGE mostram que 5,2 milhões de brasileiros desempregados procuram emprego há mais de um ano. Esse universo representa 38,9% dos desempregados no país. Neste sentido, do total de pessoas que se encontram desempregadas no Brasil 3,3 milhões (24,8%) estão desocupados há dois anos ou mais, (ALVARENGA; SILVEIRA, 2019). O mesmo estudo citado por Alvarenga e Silveira (2019) avalia que 6 milhões de pessoas (45,4% do total de desempregados no Brasil) estão procurando emprego há mais de um mês e menos de 1 ano, e 2,1 milhões estão na fila do desemprego há menos de um mês:

Dos 13 milhões de desempregados, $\frac{1}{4}$ procura emprego há mais de dois anos. Isso acarreta uma perda de qualificação, que afasta ainda mais as pessoas do mercado de trabalho, porque esse conhecimento se torna obsoleto, e cria um círculo vicioso no mercado (ALVARENGA; SILVEIRA, 2019).

A amostra dos estudantes do curso FIC demonstrou ainda uma tendência perversa que atinge principalmente os trabalhadores das classes mais pobres principalmente em regiões interioranas com baixo dinamismo econômico. O emprego em atividades ligadas ao comércio e serviços são as atividades que possuem a maior representatividade entre os entrevistados que alegaram possuir vínculos empregatícios (Tabela 9).

Tabela 9: Qual sua área de ocupação?

ÁREA DE OCUPAÇÃO	QUANTIDADE	QUANTIDADE%
Indústria	0	0
Comércio	3	6%
Agricultura	0	0
Serviços	10	20%
Outros	0	0
Não responderam / Desempregados	37	74%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV/2019), avaliam que o setor de serviços foi um dos que mais desempregou nos últimos meses do primeiro semestre de 2019, revelando o forte impacto que a recessão econômica possui sobre este setor. Por outro lado, é importante registrar que o Setor de Serviços no Brasil é o setor que mais terceiriza as suas atividades, o que causa uma situação preocupante frente a precarização dos trabalhadores e a diminuição da renda.

O período em que o trabalhador se encontra fora do mercado de trabalho formal é de suma importância para o entendimento das questões estruturais que cercam o desemprego e o seu possível retorno ao mercado formal, pois quanto mais tempo fora do mercado, maiores são as dificuldades para a recolocação. Entre os entrevistados há uma predominância junto aos alunos daqueles que nunca conseguiram uma posição no mercado formal de trabalho (Tabela 10).

Tabela 10- Por quanto tempo você está desempregado?

TEMPO DESEMPREGADO	QUANTIDADE	QUANTIDADE%
Estou empregado	1	2%
Nunca estive empregado	19	38%
Menos de um ano	8	16%
Entre 1 e 2 anos	8	16%
De 2 a 3 anos	1	2%
De 3 a 5 anos	4	8%
De 5 a 10 anos	0	0
Mais de 10 anos	0	0
Não responderam	9	18%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

Os resultados que fazem referência ao tempo em que os alunos do FIC, participantes da pesquisa, estão desempregados revelam um dado cruel presente no número de jovens e adultos que nunca conseguiram um emprego. A pesquisa reafirma a o que Alvarenga e Silveira (2019) verificaram: que a crise econômica atual vem afastando os mais jovens do mercado de trabalho e deixando, os mesmos, bastante tempo em subempregos ou na completa ausência de ocupação.

Neste sentido, foi questionado aos alunos participantes de pesquisa há quanto tempo eles não procuram emprego. Os resultados desta variável revelaram que existe uma grande atividade de busca por emprego por parte dos respondentes, sendo que apenas um entrevistado afirmou que não busca emprego formal (Tabela 11).

Tabela 11: Qual foi a última vez que procurou emprego?

ÚLTIMA PROCURA POR EMPREGO	QUANTIDADE	QUANTIDADE %
Estou empregado	1	2%
Na última semana	18	36%
No mês passado	15	30%
Há mais de um mês	3	6%
Decidiu por não procurar por emprego formal	1	2%
Não responderam	12	24%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

O tempo de trabalho no último emprego demonstra a realidade que a pesquisa aponta na medida em que 74% dos participantes revelaram não terem conseguido emprego até o momento, apesar de serem jovens em idade para o exercício ativo do trabalho. Os demais participantes revelam taxas impactantes, levando em conta a faixa etária e as condições econômicas da clientela que sobrevive sem renda fixa e distante da distribuição de renda do país. O pouco tempo que muitos

desses jovens que já trabalharam e estão desempregados, por exemplo: há dois anos e até a mais de cinco anos, demonstra a situação do país e a desigualdade na distribuição de renda acentuando a grande distância entre os mais ricos e a maioria pobre.

Tabela 12: Quanto tempo possui de trabalho com carteira assinada?

TEMPO DE TRABALHO COM CARTEIRA ASSINADA	QUANTIDADE	QUANTIDADE%
Nunca trabalhou com carteira assinada	37	74%
Menos de um ano	5	10%
Entre 1 e 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	0	0
De 3 a 5 anos	0	0
De 5 até 10 anos	0	0
De 10 a 20 anos	0	0
+ de 20 anos	0	0
Não responderam	8	16%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

Na questão sobre o tempo de trabalho com carteira assinada, os resultados sinalizam para um quadro preocupante, mas ao mesmo tempo coerente com os resultados anteriores. Entre os jovens e adultos matriculados nos cursos FIC, 74% nunca trabalharam com carteira assinada e 10% afirmaram ter tido um trabalho formal com carteira assinada, por menos de um ano. Muitos desses alunos que nunca trabalharam com carteira assinada admitem que realizam trabalhos informais, alguns de forma altamente precarizada, sendo esta uma situação cada vez mais comum nas periferias.

Diante de um quadro desolador sobre a empregabilidade e geração de renda entre os alunos entrevistados não se revelou surpresa o fato de uma significativa parcela dos alunos sejam de famílias assistidas por programas assistenciais governamentais (Tabela 13). Estes programas, apesar dos baixos valores de repasse, desde o seu lançamento têm tido uma função extremamente importante no combate à extrema pobreza.

Tabela 13 – Possui acesso a benefícios sociais?

TIPOS DE PROGRAMA	PARTICIPANTES
Bolsa família	38
Benefício de prestação continuada (LOAS)	0
Programa municipal de renda	3
Outros	0
Não responderam	9
TOTAL	50

Fonte: Elaboração própria, (2019)

É importante ressaltar que o Bolsa-Família, o programa de transferência de Renda do Governo Federal, criado no governo Lula a partir da junção de outros programas do Governo Fernando Henrique, após agregar benefícios anteriores em um cadastro único, tem sido a única renda das muitas famílias pobres do Brasil. Por outro lado, os dados acima revelam a ausência de políticas públicas assistenciais por parte do poder municipal, sendo que esta postura está diretamente ligada ao grupo político que se encontra frente ao poder municipal, pois o Município de Campos dos Goytacazes já ocupou posição de destaque frente as políticas sociais, como, por exemplo, o Cheque Cidadão que se somava ao Bolsa Família ampliando a renda mínima das famílias do município.

5.2 - Perspectivas dos alunos frente aos Cursos FIC.

O levantamento de informações feito por esta pesquisa também levou em consideração as motivações que levam os alunos escolherem os cursos FIC como uma alternativa ao processo de desemprego e baixa geração de renda. Uma das primeiras questões a ser levantada para a compreensão sobre as perspectivas dos alunos frente aos cursos FIC é o levantamento sobre as motivações que os levaram a escolher estes cursos (Tabela 14).

Tabela 14: Por que escolheu fazer o curso FIC no IFF?

DECIDIU FAZER O FIC NO IFF PARA:	QUANTIDADE	QUANTIDADE %
Ter o diploma	4	8%
Para conseguir emprego	33	66%
Para ser promovido no emprego	0	0
Para continuar os estudos no ensino médio	2	4%
Para abrir o próprio negocio	4	8%
Outros	1	2%
Não responderam	6	12%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

Neste sentido, fica evidente que existe uma compreensão generalizada de que estes cursos são capazes de estabelecerem um ponto de inflexão frente a realidade do desemprego. A maioria dos alunos entrevistados afirmou que para ter oportunidade de conseguir um emprego, reconhecendo que a qualificação se tornou um fator fundamental para a empregabilidade. Já 8% consideraram que é para obter um diploma, enquanto 4% disseram que é para dar continuidade ao Ensino Médio, e apenas poucos para abrir o próprio negócio. O fato da maior parte dos alunos da parceria IFF/EJA,

considerarem que uma qualificação na Formação Inicial Continuada, facilita a empregabilidade, mostra a importante função social dos cursos FIC. Por outro lado, estas informações demonstram, mais uma vez, que há um profundo processo de internalização por parte da população mais vulnerável economicamente de que a culpa por sua situação de desemprego cabe somente a eles.

As expectativas frente à conclusão dos cursos também demonstram a função social que os mesmos possuem em prover sentido ao trabalho e suas ações. Portanto, junto aos alunos entrevistados existe uma grande expectativa de que a formação através dos cursos FIC pode ser um elemento para a geração de emprego e renda (Tabela 15).

Tabela 15: O que espera conseguir depois de concluir o curso?

O QUE ESPERAR APÓS CONCLUIR O CURSO	QUANTIDADE	QUANTIDADE%
Melhorar a autoestima	2	4%
Conseguir um emprego	33	66%
Conseguir uma promoção	0	0
Abrir o próprio negócio	1	2%
Continuar estudando	9	18%
Outros	1	2%
Não responderam	4	8%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

Embora o fator ligado a melhora da formação para criar oportunidades de empregabilidade aparece em destaque nas respostas dos alunos, chama atenção um caráter extremamente importante dos cursos FIC/EJA que é a possibilidade de continuação dos estudos e ampliação do conhecimento através da formação continuada tendo a EPT como elemento aglutinador do processo educacional.

Outro ponto importante abordado nos questionamentos junto aos alunos foi o levantamento sobre a perspectiva dos alunos frente às oportunidades que o curso poderá criar para a sua vida profissional. Este aspecto é de suma importância para que eles tenham o desejo de continuar no curso até a sua integralização (Tabela 16).

Tabela 16: O que você acha sobre o curso e o mercado de trabalho?

SOBRE O CURSO E O MERCADO DE TRABALHO	QUANTIDADE	QUANTIDADE %
O curso vai ajudar muito minha entrada no mercado	46	92%
O curso vai ajudar	1	2%
O curso é indiferente	0	0
O curso vai atrapalhar	0	0
O curso vai atrapalhar muito minha entrada no mercado	0	0
Não responderam	3	6%
TOTAL	50	100%

Fonte: Elaboração própria, (2019)

Para pensar às perspectivas dos alunos, quanto à empregabilidade futura, é necessário também que a instituição esteja alinhada com as necessidades que cercam o mercado de trabalho. Mesmo que isto seja uma tarefa extremamente complexa, a oferta de cursos FIC, na maioria das vezes, está um estágio precedente às mudanças e dinâmicas das necessidades do mercado de trabalho local. Portanto, ações em conjunto entre as instituições que demandam pela formação profissional, as secretarias de geração de trabalho e renda e as instituições de formação são de suma importância para que os cursos FIC tenham sucesso em formar indivíduos que possam usufruir da sua formação para a geração de renda e assim modificar a realidade socioeconômica de suas famílias.

5.3 Entrevista com os alunos.

Do ponto de vista do desafio metodológico, este estudo se colocou como um dos seus alicerces as entrevistas semiestruturadas com alunos dos cursos FIC/EJA do *campus* Guarus do IFF. Estas entrevistas têm por função aprofundar o conhecimento sobre a atuação dos cursos FIC/EJA na trajetória dos alunos, assim como suas expectativas sobre a formação nestes mesmos cursos. A escolha para esta entrevista foi aleatória, considerando 50 alunos presentes no dia da efetivação da aplicação do questionário contendo 35 questões.

Nas entrevistas com os estudantes selecionados para os cursos FIC, foram destacadas questões referentes à escolha do curso; aos aspectos positivos e negativos sob o ponto de vista desses alunos; a contribuição e o significado do curso no crescimento pessoal e profissional. É importante ressaltar que os participantes não responderam a todas as questões propostas, muitos deles deixaram questões sem sinalizar nenhuma opção, por isso a seleção das respostas mais representativas que refletem a posição da maioria dos entrevistados.

A partir da análise das entrevistas ficou evidente que a escolha do curso FIC/EJA é algo que atua diretamente sobre as perspectivas dos alunos entrevistados, onde a maior parte dos mesmos guarda uma grande expectativa na sua formação e na provável empregabilidade que o curso pode resultar. Para ilustrar este entusiasmo foram selecionados alguns trechos das falas:

Aguardei o processo seletivo ansiosamente, porque só Deus sabe o que passei para conseguir me inscrever, mas aprendi que tudo se consegue com suor. (aluno 1, 21 anos - curso de Operador de Computador).

Escolhi o curso para adquirir uma profissão. (aluno 2, 19 anos – curso de Balconista de Farmácia).

Decidi fazer o curso porque ele vai ajudar no currículo e porque gostaria de conhecer melhor a área. (aluno 3, 27 anos – curso de Instalador Eletricista Predial de Baixa Tensão).

Acredito que uma qualificação facilita conseguir um emprego melhor e ser mais respeitado, além de poder ajudar no sustento da minha família, (aluno 4, 25 anos – curso de Instalador Eletricista Predial de Baixa Tensão).

Aproveitei a oportunidade que o projeto deu e segurei pensando no meu futuro profissional. (aluno 5, 19 anos – curso de Balconista de Farmácia).

Identificar os aspectos positivos e negativos frente a experiência vivida nos cursos FIC/EJA analisados por este estudo é de fundamental importância para compreender os motivos que fazem com que os alunos não desistam de cursar durante o percurso formativo. Por outro lado, compreender estes aspectos também ajuda a direcionar e aperfeiçoar os cursos FIC/EJA no sentido de permitir uma maior aderência à população assistida.

Junto às entrevistas foram identificadas que as falas dos alunos carregam uma enorme carga de confiança junto à oportunidade que estes tiveram em estudar no IFF, colocando isto como um dos aspectos positivos observados junto aos cursos FIC/EJA:

Os aspectos positivos podem ser o fato de a instituição ter ótimos professores, além de uma ótima condição estrutural, com computadores que os alunos podem usar e com internet. Quanto aos aspectos negativos, acho que faltou mais prática. (aluno 6, 18 anos – curso de Balconista de Farmácia). Os aspectos positivos referem-se aos professores, todos excelentes, enquanto os negativos houve pouco acesso aos laboratórios. (aluno 7, 22 anos – curso de Balconista de Farmácia). A escola é excelente, os professores têm muito conhecimento, mas o horário é complicado para quem mora longe. Aluno 8 - 21 anos – curso de Operador de Computadores).

Quando requeridos a opinar sobre os aspectos negativos dos cursos FIC/EJA, houve recusas por parte de alguns entrevistados em indicar aquilo que acreditavam ser ruim. Porém, houve referências variadas quanto à necessidade dos cursos terem mais práticas nos laboratórios, fator que se deve à relação teoria e prática e a necessidade desses alunos vivenciarem experiências concretas nesses espaços.

Em relação à contribuição e significado do curso para o crescimento pessoal e profissional, os estudantes assim se posicionaram com algumas inferências relevantes para continuidade,

1) Ficou o conhecimento adquirido no curso, o amor e o respeito ao próximo que pretendo usar para o resto da vida. 2) A oportunidade de fazer um curso tão bom, mesmo tendo vindo de uma escola pública de EJA me deixou muito feliz, 3) Aprendi a ter ética na hora de manusear os medicamentos e já tenho mais consciência da importância de atender o cliente com o medicamento certo e saber ler as instruções. 4) Aprendi que se aprende nas relações com os colegas e com os professores, pois eles já fazem parte da minha história. 5) Aprendi como salvar uma pessoa com

parada respiratória. 6)Aprendi neste curso que professores e alunos podem conviverem e aprenderem juntos. 7)Vou levar para o resto da vida o conhecimento que adquiri aqui. 8)Aprendi ótimas explicações e matérias que pareciam de um curso técnico. 9)Contudo, deveria ter mais aulas práticas e visitas técnicas às farmácias. (pontos diversos explicitados em comentários em suas escritas).



Figura 4 - Alunos dos cursos FIC. A – Aluno do curso Operador de Computadores; B – Aluno do curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão; C – Aula do curso do Balconista de Farmácia.. (Arquivo próprio, (2019))

Percebe-se, nas falas dos alunos, que a motivação maior de escolherem os cursos FIC foi o desejo de qualificação, de ter uma profissão e, conseqüentemente, de ter renda que colabore com a melhoria da qualidade de vida deles, bem como de seus familiares. Em grande parte, consideram as condições e estruturas oferecidas pela escola excelentes e o ambiente favorável à aprendizagem com professores competentes. As críticas estiveram praticamente reduzidas ao distanciamento entre a teoria e a prática, uma vez que aproximadamente 38% dos entrevistados colocaram que faltou prática no currículo dos módulos. Alguns fizeram referência ao horário, à alimentação e à utilização dos laboratórios.

5.4 Análise com os coordenadores dos cursos FIC/Guarus.

Ao comentarem sobre a análise de conteúdo das entrevistas como instrumento de coleta de dados nas pesquisas qualitativas. Bauer e Gaskel (2014) destacam que, através das falas dos entrevistados, o pesquisador pode destacar grupos de questões, que melhor respondam aos objetivos da pesquisa e ao que deve ser destacado, de acordo com o objeto da investigação.

Os coordenadores entrevistados para este estudo representam as seguintes instituições: Instituto Federal Fluminense, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes/Gerência da EJA e a Superintendência de Trabalho e Renda. A partir dos questionários propostos (Anexo IV) a esses parceiros destacaram-se as três questões que melhor representam o objeto pesquisado e demonstram a pertinência do tema abordado.

A entrevista com a Diretora de Ensino e Aprendizagem do IFF, representante do IFF na parceria, foram destacadas as questões abaixo, tendo em vista tratar-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada em categorias de análise.

- ✓ A Instituição vem dando a importância necessária aos cursos FIC?
- ✓ Quais seriam os maiores entraves?
- ✓ Os cursos FIC ofertados pelo IFF podem ser vistos como cursos preparatórios para uma futura escolha profissional e se existe um direcionamento para isto?
- ✓ A Sra. acredita que o IFF vem cumprindo o papel de indutor de políticas públicas para formação de técnicos, principalmente junto à EJA?

A importância desta parceria acho que funcionou bem, acho que esta parceria contribui muito para o crescimento do Instituto, contribui muito para o crescimento do município, é uma oportunidade em resgatar aquele aluno que não teve oportunidade de estudar na idade que deveria ter estudado é uma oportunidade para os alunos conhecerem os cursos Técnicos que o IFF oferecem, então eu vejo esta parceria até nos avaliando. Hoje, cerca de 9 alunos estão estudando aqui nos cursos Técnicos, eu vejo uma parceria muito positiva, isto é refletido na formatura, quando vimos a felicidade dos alunos de estarem recebendo os certificados...

Algumas falas coletadas nas entrevistas mostram a dimensão do funcionamento dos cursos FIC/EJA desde a sua concepção até a sua execução junto aos alunos. Portanto, ao serem questionados sobre a relação de importância dada pelo IFF aos cursos FIC junto à parceria com a EJA do município, o que foi verificado foi a existência de um maior incentivo e comprometimento

por parte de todos os envolvidos entre poder público e o IFF Guarus. Porém, junto aos seus coordenadores foi enfatizado o caráter de “facilitador” do curso FIC para a formação continuada dos alunos que buscam uma qualificação rápida e que posteriormente são atraídos para a integralização da educação básica:

Considero que os cursos FIC por si só já preparam para uma escolha profissional e a convivência desses alunos no espaço da escola vai preparando para a realização da ponte entre os cursos FIC e a escolha de um curso técnico no PROEJA. Temos casos em que a qualificação do FIC norteou a escolha do curso técnico. (Coordenadora do curso Balconista de Farmácia).

Neste sentido, verificou-se que o papel do município frente à apresentação das demandas de cursos FIC/EJA vem sendo realizada a partir de um conhecimento prévio das demandas locais, sendo que foi alegado que existem formas estruturadas de levantamento das necessidades dos alunos junto à formação para o mercado de trabalho:

(...) desde o início buscamos conhecer melhor a clientela, o currículo com que a do município trabalha sempre buscando a melhor orientação e promovendo encontros com os alunos, no sentido de estimulá-los a permanecerem na Instituição, ampliando seus saberes nos cursos técnicos. Contudo, acho que a política do IFFluminense em geral, ainda é incipiente nesse foco na EJA, pois é preciso maior investimento nessa clientela. (Tiago Tadeu R. Sousa - Coordenador dos cursos: Operador de Computador e Instalador Eletricista Predial de Baixa Tensão).

A entrevista realizada junto à gestora responsável pela Gerência da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município, profissional que atua junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município, buscou demonstrar a importância dada pelo município à formação inicial dos jovens e adultos das camadas mais vulneráveis da população campista. Assim, aparece junto à entrevista a evasão como sendo um dos grandes desafios em ajustar a política em torno do processo formativo desta parcela da população. Neste sentido, também buscou verificar quais as dificuldades em estabelecer parcerias entre o município e o IFF e também quais seriam os principais desafios em manter uma política de formação continuada:

Quando em 2017 assumi a Gerência da EJA, a evasão era alta e estavam matriculados em todas as escolas, aproximadamente 2000 alunos. Entramos 2019 com o dobro de 4000 alunos. Esse esforço é devido ao grupo de educadores que atuam no gerenciamento das ações da modalidade junto à Secretaria e a luta de todos em realizar um trabalho que ofereça maiores oportunidades aos jovens e adultos no município. A importância que damos à EJA está presente em todos os momentos, seja no acompanhamento pedagógico das escolas, na oferta de formação continuada aos professores e mesmo nas constantes avaliações que fazemos do nosso trabalho junto aos gestores escolares. (Gerente da EJA/ SMECE).

O coordenador dos Cursos FIC Operador de Computador e Instalador Eletricista faz a seguinte afirmação:

Desde o início sabíamos que enfrentaríamos dificuldades, não só em relação ao processo seletivo e chamamento aos alunos, como também no tocante às questões específicas da aprendizagem, visto esses alunos vivenciarem ao longo do Ensino Fundamental das fases da EJA, carga horária menor do que os que concluem o Ensino Regular, além de outras questões, como a ausência de um ambiente favorável ao letramento digital em grande parte das escolas municipais, visitamos cada unidade para divulgar os cursos e falar do processo seletivo. Quanto às defasagens de conteúdo, fizemos reuniões com os professores de Língua Portuguesa, Ciências e Matemática da 9ª fase, para que olhassem com atenção as habilidades presentes nas ementas dos cursos FIC. (Tiago Tadeu R. Sousa - Coordenador do curso FIC Operador de Computador).

A boa relação interinstitucional é algo primordial para o bom andamento das políticas públicas de formação educacional, pois forma concorrências ou mesmo desalinhamentos políticos que podem colocar em xeque a efetivação da política e prejudicar o público alvo destas mesmas políticas. Quanto à relação entre o IFF e a SMECE os relatos dão conta de uma boa relação:

A relação com os representantes do IFFluminense, incluindo o reitor e o diretor do Campus Guarus, a diretora de Ensino e outros profissionais da equipe, desde os primeiros contatos foi de respeito mútuo e acolhedora ao Projeto. Envolvermos também, como parte desse processo, os gestores das escolas da EJA, por entendermos o papel que eles exercem junto aos alunos e professores. Quanto ao nosso Secretário, sempre foi um dos mais entusiastas com essa parceria, que, na opinião de toda a SMECE, cumpre uma função social sem precedentes no município. (Amanda Passalini - Gerente da EJA/ SMECE).

Compreender as relações que cercam o encaminhamento para o mercado de trabalho foi umas das preocupações deste estudo. Deste modo, a entrevista com o representante da Superintendência de Trabalho e Renda do município que abriga o Setor de Balcão de Emprego foi bastante elucidativa frente aos caminhos trilhados pela política pública diante da necessidade de colocação dos formados no mercado de trabalho. Para o responsável por este setor da prefeitura municipal, os cursos FIC/EJA representam uma grande oportunidade de contornar os efeitos da crise econômica nacional e também da crise regional do setor de petróleo e gás:

A partir do momento que a gerente da EJA, professora Amanda Passaline, nos falou sobre a parceria, entendemos que o nosso papel era de dar prioridade a esses jovens concluintes dos cursos FIC e, imediatamente realizamos os cadastros destes profissionais incluindo-os no nosso sistema. Fizemos mais, sinalizamos para o mercado local que hoje tem muitas farmácias e para outras empresas, os profissionais qualificados pelo IFF/FIC. (Rogério Mattoso - Superintendente de Trabalho e Renda da Prefeitura do município de Campos dos Goytacazes).

Sobre a importância da qualificação dos trabalhadores para que eles possam ter melhores condições de inserção no mercado de trabalho o entrevistado foi enfático:

Essa qualificação para jovens e adultos da EJA, muitos destes trabalhadores estão sem qualificação no que fazem, foi uma das medidas mais importantes da Educação do município, pois esta parceria com o IFFluminense abre uma janela de possibilidades, não só para a entrada no mercado de trabalho formal, mas para a cidadania desses sujeitos, além de facilitar o acesso à continuidade de estudos nos cursos técnicos do IFF. (Rogério Mattoso - Superintendente de Trabalho e Renda da Prefeitura do município de Campos dos Goytacazes).

Na análise do conteúdo das entrevistas com os parceiros, alguns pontos podem ser destacados, tendo em vista os objetivos propostos para a pesquisa: a parceria entre a EJA municipal e o IFF-Guarus traduziu-se com a efetivação de uma política que envolveu o comprometimento de todas as instituições envolvidas com o aprimoramento dos jovens e adultos oriundos das escolas municipais de EJA, no processo de qualificação para o mercado de trabalho local, via cursos FIC. Este fato é revelado na importância dada pelos representantes dessas instituições à parceria. Todos os entrevistados reconhecem as dificuldades a serem enfrentadas, mas cada um dentro de suas especificidades buscou soluções capazes de levar à superação dos problemas. Por sua vez, há certa unanimidade relacionada ao muito que ainda precisa ser feito para que sejam alcançados os resultados desejados, sobretudo, no que se refere às habilidades essenciais aos componentes curriculares da escola básica. O que fica das colocações dos parceiros é a importância dos cursos FIC no processo de inclusão social e no novo mundo do trabalho dos jovens e adultos da EJA.

5.5 Análise das entrevistas com os gestores envolvidos na parceria EJA/Municipal e IFF-Guarus.

5.5.1 Coordenadora do Curso FIC – Balconista de Farmácia.

O papel das coordenações de curso se mostra importante para a efetivação dos cursos FIC/EJA. Posto isto, as entrevistas com os coordenadores focaram nas suas experiências frente aos cursos, enfatizando, sobretudo, as experiências vividas ao atender um público extremamente vulnerável do ponto de vista socioeconômico. O trabalho direto com os alunos oferece uma dimensão analítica aos coordenadores trazendo importantes contribuições ao debate aqui proposto pelo estudo:

Para trabalhar com esses alunos estive, todo o tempo, próxima deles, conversando, ouvindo suas demandas, tirando dúvidas e gerenciando as diversas situações surgidas no dia a dia da formação. Para melhor atender às necessidades do curso, realizei pesquisas na área de farmácia, observando que o mercado de drogarias

valoriza mais, a contratação de balconistas qualificados do que técnicos em farmácia. (Ana Paula F. Klem – coordenadora do curso de Balconista de Farmácia)

Acerca das dificuldades vivenciadas no curso de Balconista de Farmácia a coordenadora destaca os obstáculos que cercam a formação pretérita dos alunos. Uma das maiores dificuldades apontadas pela entrevista se situa na contextualização do ensino/aprendizagem por parte dos alunos:

Em relação às dificuldades dos alunos, elas são evidentes, sobretudo no momento de aprofundar os conteúdos. Alguns alunos mostraram desinteresse por ampliar os saberes que já tinham, mas outros chegaram a se inscrever no curso Técnico em Meio Ambiente do PROEJA revelando interesse em conhecer mais e ter um curso técnico. (Ana Paula F. Klem – coordenadora do curso Balconista de Farmácia)

A participação dos docentes nos projetos FIC/EJA é essencial para o sucesso dos cursos, visto que eles é que irão atuar diretamente com os alunos, devendo levar em conta todas as variáveis sócio-históricas da formação dos alunos. Neste sentido, acerca da relação dos professores com os desafios do curso a coordenadora narra os seguintes desafios aos docentes:

Quanto aos professores, mesmo revelando preocupação com as dificuldades dos alunos, procuraram estratégias pedagógicas diferenciadas a todo o tempo, no sentido de aproximar os alunos do universo das farmácias e dos aspectos do profissionalismo e responsabilidade dessa qualificação. Foi uma experiência em que aprendemos muito sobre esta clientela e de como essa parceria foi importante. (Ana Paula F. Klem – coordenadora do curso Balconista de Farmácia)

As impressões da coordenadora revelam, desde o início de sua fala, o compromisso com o curso nessa parceria. Contudo, como gestora das ações pedagógicas do curso, ela reconhece a enorme dificuldade dos alunos que chegam com conhecimentos prévios aquém do esperado, ou melhor, desejado. Ao longo da sua entrevista, a coordenadora do curso Balconista de Farmácia comenta a necessidade de outro projeto que colabore em um trabalho de complementação pedagógica, no sentido de melhorar a qualidade dos saberes básicos do Ensino Fundamental. Mesmo diante da análise da realidade, ela revela sua satisfação pelo interesse dos alunos por desejaram ampliar seus conhecimentos se inscrevendo nos cursos médios técnicos integrados do PROEJA.

5.5.2 Coordenador dos Cursos Operador de Computadores e Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.

O coordenador desses cursos possui experiência como professor da EJA, conhecendo este público e em suas falas foram destacados os seguintes pontos: a adaptação dos alunos à instituição IFF e aos cursos; as dificuldades encontradas no processo; a relação dos professores com os alunos; a continuidade dos estudos e o mercado de trabalho.

O coordenador fez uma narrativa sobre a história que traça o início das parcerias entre município e o IFF para a formação em EJA. Assim, o entrevistado destaca que o início dos cursos foi bastante impactante, sobretudo na ambientação dos alunos:

A chegada dos alunos da EJA do município selecionado para a parceria EJA-IFF ocorreu de forma impactante tanto para os que já conheciam a instituição quanto para os que nela pisavam pela primeira vez e para nós professores e coordenadores. No início, esses alunos precisaram de muito apoio, pois o espaço grandioso do IFF, sua estrutura, normas de funcionamento se apresentavam totalmente diferente da escola da EJA em que realizavam o Ensino Fundamental. Foi um processo de adaptação gradativa e crescente. (Tiago Tadeu R. Sousa – Coordenador dos cursos Operador de Computador e Instalador Eletricista Predial de Baixa Tensão)

O coordenador afirma que o acolhimento destes estudantes foi essencial para que se sentissem parte do IFF e pudessem ter sucesso na efetivação do curso:

O acompanhamento pedagógico que realizamos foi sempre o de acolhê-los em todas as dúvidas, momentos, e mesmo sendo dois (2) cursos, sempre procuramos ir às salas de aulas dar suporte aos professores e ouvir os alunos. Estreitamos os laços, sempre dando atenção e oportunizando a todos que tivessem voz. (Tiago Tadeu R. Sousa – Coordenador dos cursos FIC Operador de Computador e Instalador Eletricista Predial de Baixa Tensão).

Porém, mesmo com o acolhimento por parte de instituição as dificuldades enfrentadas no decorrer do curso se apresentaram, sobretudo junto aos conteúdos do curso. Contudo, segundo o entrevistado não houve grandes dificuldades na superação destes fatos,

As dificuldades detectadas estavam relacionadas aos conteúdos, pois eles não tiveram condições de construir, mas, no tocante ao comportamento e cumprimento de normas da instituição se mostraram tranquilos e não tivemos reclamações. Das dificuldades iniciais até o final dos cursos, eles se desenvolveram bem e superaram obstáculos, o que nos deixou muito feliz. (Tiago Tadeu R. Sousa – Coordenador dos cursos FIC Operador de Computador e Instalador Eletricista Predial de Baixa Tensão).

Em outro momento ele segue,

Ao percebermos, no curso de Operador de Computadores, as dificuldades que eles tinham com a leitura, sugerimos aos professores um aumento de 40 horas na carga

horária de 160 horas após o término dos componentes da ementa, para que eles tivessem um reforço dos conteúdos na disciplina de Editor de Textos. (Tiago Tadeu R. de Sousa. – Coordenador do Curso Operador de Computador).

Quanto às parcerias, o coordenador foi enfático na defesa da formação que é proporcionada pelo IFF junto aos alunos, o que poderá ser um fator decisivo na colocação destes alunos no mercado de trabalho:

Um fato que mostrou a importância desta parceria foi o interesse de grande parte dos alunos em dar continuidade aos estudos com ingresso nos cursos do PROEJA e interesse em permanecer na Instituição. Ao longo do curso, eles perceberam que existe um mercado de trabalho para absorver as pessoas que são qualificadas e que aprender poderia ser algo prazeroso que elevaria a sua autoestima, sobretudo quando se é respeitado no seu jeito de ser, na sua cultura. Essa primeira experiência com os cursos FIC para alunos da EJA, apesar de algumas dificuldades iniciais, foi gratificante ver o crescimento dos alunos e o orgulho de saber que alguns serão grandes profissionais por estarem preparados para o mercado. Quanto aos professores, apesar das resistências, eles compreenderam a função social dos cursos FIC e a grandeza de uma instituição pública como o IFF em atender, especialmente, a este público. (Tiago Tadeu R. de Sousa – Coordenador dos cursos FIC Operador de Computador e Instalador Eletricista Predial de Baixa Tensão)

Nas falas do coordenador, que teve a responsabilidade por dois cursos, percebe-se que a parceria IFF/EJA foi uma experiência desafiadora, tanto para os alunos quanto para os professores e coordenadores. As percepções registradas refletem o reconhecimento da importância do curso e a preocupação da instituição em formar profissionais que atendam ao mercado de trabalho local com qualidade. Porém, apesar de ser uma escola com objetivos de oferecer profissionalização técnica, é possível visualizar na análise do conteúdo desta entrevista um forte compromisso social, principalmente na busca de um vínculo com a clientela da EJA. O que fica claro nas palavras do coordenador é a responsabilidade com o trabalho pedagógico e o direcionamento das ações, o que demonstra o espírito público e o desejo dos envolvidos em formar cidadãos e não só profissionais ou pessoas com qualificação.

O coordenador dos cursos de Operador de Computadores e Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ainda complementa sua fala dizendo ser importante abrir esta parceria para outros municípios e realizar as adequações necessárias ao aprimoramento dos PPC's dos cursos. De certa forma, essa abordagem consolida a ideia de que desde o início deste trabalho orientou a pesquisa, ou seja, a criação de um “Protocolo de Intenções” para futuras parcerias dos cursos FIC, que por meio do acesso das tecnologias digitais promova a efetivação dessa política de colaboração entre entes públicos na área da Educação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de realizar uma pesquisa fundamentada em processos metodológicos da Pesquisa-Ação, ao mesmo tempo em que se implantava um projeto, objeto dessa investigação, constituiu-se em esforço duplo, não só pela observação permanente e análise do movimento do processo em sua prática, como também pela isenção na aplicação dos instrumentos de coleta de dados e nas abordagens teórico-práticas junto aos professores e alunos. As representações dos atores envolvidos neste estudo foram fundamentais para o alcance dos resultados finais.

A parceria da EJA do município com o IFF- Guarus desde o início apresentou-se como um desafio para a Instituição e para todos os envolvidos, na medida em que se tratava de um projeto novo direcionado para um público específico. Contudo, receber estes alunos com suas expectativas, sonhos, modos de vida, visões de mundo foi algo que impactou a todos, sobretudo, quando víamos o valor e a importância que eles davam ao momento de estar no IFF, uma escola que até pouco tempo lhes parecia inalcançável.

Todos esses impactos nos levaram a pensar no objetivo geral deste projeto de pesquisa que deu origem à investigação, ou seja, o de oferta de uma política pública em educação centrada na qualificação de jovens através de Formação Inicial Continuada (FIC), que mesmo se tratando de cursos de curta duração, prepara para o mercado de trabalho, de forma a atender demandas locais.

Diante da realidade, a importância de poder oferecer estes cursos para outros municípios e públicos diferenciados, fez com que criássemos um produto, como elemento final de todo o processo investigativo que colaborasse para a consolidação de novas parcerias e que, não ficasse restrito apenas ao município de Campos dos Goytacazes, uma vez que muitos jovens de outros lugares onde o IFFluminense possui os seus *campi* têm os mesmos direitos de aprendizagem e qualificação.

Reconhecer que a experiência dos cursos FIC na parceria IFF e SMECE foi proveitosa, gratificante e alcançou os objetivos propostos, significa dizer que mais de cinquenta (50) jovens oriundos das escolas municipais da EJA são, atualmente, profissionais com qualificação para atuarem em suas áreas. Esse ganho social é reconhecido pelos representantes da parceria.

Para mim, como profissional do IFF Guarus e pesquisadora que, ao longo de uma trajetória profissional feita no “chão da escola pública”, fica a gratificação de ter participado dessa pesquisa com profissionais capazes de terem sensibilidade para compreenderem a função social do que é público e, ao mesmo tempo, do orgulho de ter sido parte de um projeto, que retirou da invisibilidade

jovens da periferia, estudantes de escolas municipais que passaram a ser protagonistas de suas próprias histórias de vida.

7. REFERÊNCIAS

ABDALLA, M.F.B. A pesquisa-ação como instrumento de análise e avaliação da prática docente, volume 13, n.48, 2005.

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. Pesquisa, Formação e Prática Docente. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 2.ed. São Paulo: Papirus, 2002.

ALVES, A.F.G. A constituição do eu trabalhador. In: SPINK, MJP., FIGUEIREDO, P., and BRASILINO, J., orgs. Psicologia pessoal e personalidade [on line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSC, 2010, pp.162-192. ISBN: 978-85-7982-057-1. Available from SCIELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ALVARENGA, D.; SILVEIRA, D. Desemprego sobe para 12,7% em março e atinge 13,4 milhões de brasileiros. G1, São Paulo e Rio de Janeiro, 20 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/30/desemprego-sobe-para-127percent-em-marco-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Editora Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão. Editora Boitempo. Ano 2018.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1996, p.209.

ARROYO, M.G. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos, 1991.

AZEVEDO, Janete M.L. Aeducação como Política Pública. 3ª ed. Caines: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROA, E. O.; COAN, Marival. As políticas públicas para educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? Boletim Técnico do SEAC, v. 38, p. 27-40, 2012.

BARROS, M.S. A importância do trabalho de campo na construção do conhecimento: Estudo de caso na E.E.E.F.M. Francisco Ernesto do Rêgo, Queimadas- PB. Monografia. Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

BAUER, M. W.; GASKEL, G.; ALLUM, N. C. Pesquisa qualitativa com texto imagem e som. 7. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. FNDE. Resolução nº 4, de 16 de março de 2012. altera a resolução CD/FNDE n} 62, de 11 de novembro de 2011. Brasília, 2012. disponível em: www.fnde.gov.br. Acesso em 25 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia PRONATEC de Cursos FIC. 3ª Edição. Brasília, 2013. Disponível em : <http://pronatec.mec.gov.br>. Acesso em 15 de janeiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria Interministerial Nº 1082, de 20 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

_____, Parecer CNE/CEB nº8, de 05 de maio de 2010.

_____, Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997. Disponível em : www.planalto.gov.br. Acesso em 15 de março de 2010.

_____. Educação e Trabalho no Brasil: o estado da questão. Brasília: INEP, Santiago: REDUC, 1991.

_____. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: Revista Brasileira de Educação. V. 12, n. 34, jan./abr. 2007b.

_____. Portaria nº 125, de 13 de fevereiro de 2014 Dispõe sobre a adesão de estados, Distrito Federal e municípios como unidades demandantes vinculadas à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI, para a oferta de Educação de Jovens e Adultos-EJA articulada à Educação Profissional no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC.

_____. INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2012. Resumo Técnico e Anexos. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em 28 de setembro de 2013.

_____. SETEC. Ações Articuladas da Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos. São Paulo, 2013. Disponível em: www.cdes.gov.br. Acesso em 17 de novembro de 2013.

_____. Chamada Pública MEC/SETEC – 001/2012. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.portalme.gov.br>. Acesso em 02 de abril de 2013.

_____. Institutos Federais: Concepção e diretrizes. Brasília, 2008.

_____. Ofício Circular nº 62, 28 de junho de 2011. Fomento à implantação de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional – CERTIFIC e Formação de Avaliadores em articulação com o Programa Brasil Alfabetizado e com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos –

Formação Inicial e Continuada (PROEJA FIC). Brasília, 2011. Disponível em: <http://portalmeec.gov.br>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

_____. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2012. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portalmeec.gov.br>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

_____. Resolução nº 9, de 29 de março de 2008. Altera os artigos 1º, 2º, § 3º, 5º, Inciso III e 8º, § 2º, da Resolução CD/FNDE nº 62, de 12 de dezembro de 2007, que estabelece as diretrizes para a assistência financeira a Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado. Brasília, 2008. Disponível em: www.fnede.gov.br. Acesso em 20 de agosto de 2011.

_____. Chamada Pública MEC/SETEC – 01/2011. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.portalmeec.gov.br>. Acesso em 02 de abril de 2013.

_____. Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica: proposta em discussão. Brasília, 2004.

_____. Portaria nº 20, de 27 de junho de 2013. O Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, do anexo I, do decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 13 e 48 e no § 2º do art. 71 da portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013, resolve. Brasília, 2013. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br>. Acesso em 17 de novembro de 2013.

_____. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2011. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portalmeec.gov.br>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

_____. PROEJA. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Documento Base. Brasília, agosto de 2007.

_____. Programa CERTIFIC – Orientações para a implantação. Folheto. Brasília, 2010 (mimeo).

_____. Programa CERTIFIC – Orientações para a implantação da Rede CERTIFIC. Brasília, 2010 (mimeo).

_____. Programa Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Guia Metodológico do Sistema de Acesso,

_____. Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Material informativo [mimeo]. Brasília, 2011.

_____. SECAD. Ofício Circular nº 40, de 08 de abril de 2009. Convite às instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental

(PROEJA FIC). Brasília, 2009. Disponível em: <http://portalmec.gov.br>. Acesso em 02 de julho de 2013.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 01 de junho de 2011.

_____. Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 02 de junho de 2011.

_____. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, 2005. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 01 de junho de 2011.

_____. Decreto nº 5.840, de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 02 de junho de 2011.

_____. Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 01 de junho de 2011.

_____. Ofício Circular nº.54, de 01 de abril de 2010. Fomento à implantação de Programas Interinstitucionais de Certificação profissional-CERTIFIC em articulação com o Programa Brasil Alfabetizado e com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de educação de jovens e adultos – formação inicial e continuada (PROEJA FIC). Disponível em: <http://portalmec.gov.br>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

_____. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Base Nacional Comum Curricular – MEC

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil : o longo caminho. Civilização Brasileira; Rio de Janeiro, 2008.

CASSIOLATO, Maria. GARCIA, Ronaldo. PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Estudo IPEA, 2014, Brasília, DF.

CAVA, Bruno. A Constituição do Comum. Editora Vozes, 2017.

CIAVATTA, Maria. Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília, MEC/SEMTEC, 2004.

_____, Maria. Formação integrada caminhos para a construção de uma escola para os que vivem do trabalho. 2005.

CASSEB, M. F. S – O impacto do currículo Integrado. 2009.

COSTA, Karina Manhães da; GIUST, Marcos Vinícius Guimarães. Língua Portuguesa, sua didática e dificuldades nas salas de aula da EJA e do PROEJA. In: ARAÚJO, J.M.D. de, VALDEZ, G. do R.B. (Org). PROEJA: refletindo o cotidiano. Campos dos Goytacazes – RJ: Essentia Editora, v.2, p.07-21,2012.

DEMO, P. Educação Profissional: desafio da competência humana para trabalhar . Educação profissional: o debate da (s) competências (s). Brasília, DF: Ministério do Trabalho, Sefor, 1997.

DI PIERRO, Maria Clara. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, Campinas: Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, nov/2001.

_____, Maria Clara. Tradições e concepções de Educação de Jovens e Adultos... Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FRIGOTTO, G. Educação e Crise do capitalismo real, São Paulo, Editora Cortez, 2003, 5ª Edição.

_____, G. A produtividade da escola improdutiva. 9ª Ed. 2001.

_____, G. Estudos sobre a educação de jovens e adultos (1996).

_____, G. A escola unitária. Revista TEIAS, nº 3, UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

GENTILI, Pablo. Globalização Excludente. Editora Vozes. 2000.

GORZ, André. Crítica da divisão do Trabalho. Editora Martins fontes, São Paulo. 1980.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e Fordismo. Editora Hedra, 2008.

_____, Antônio. O princípio educativo em Gramsci. Alínea Editora. 2001.

_____, Antônio. Gramsci: Educação, Escola e Formação: Caminhos Para a Emancipação Humana. Alínea Editora. 1978.

GRIPES. CIDADE DE PALHA: Diagnóstico Preliminar. Campos dos Goytacazes, julho de 2008, mimeo, 68 páginas.

GUIMARÃES, N. A. (2004). Caminhos Cruzados. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: USP. Edit 34.408 p.

HARVEY, David. Condições Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo; Loyola, 1994.

KUENZER, Acácia. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007a. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 12 de maio de 2012.

_____, Acácia. Z. Pedagogia da Fábrica: as revelações de Produção do trabalhador. 2002.

_____, Acácia. Z. Trabalho e Educação. Livraria Cultura. 2000.

_____, Acácia. Z. Os sentidos do trabalho. Livraria Cultura. 2008.

_____, Acácia. Z. Ensino Médio e Profissional: Políticas do Estado Neoliberal. Editora Cortez. 2001.

LIMA FILHO, Domingos L. PROEJA Educação profissional integrada à EJA: questões políticas, pedagógicas e epistemológicas. Curitiba; Ed. UTF PR, 2011.

MACHADO, Maria Margarida (Org) Educação de Jovens e Adultos. Em aberto, Brasília, INEP, v.22, n.82, p. 1-147, Nov.2009.

MAGGI, Diego. Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos em 25 de julho de 2018. Brasil de Fato.

MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital. Editora Globo, 1982.

MEC/SECAD – Documento Base do PROEJA, 2008.

MÉSZÁROS ,Istvan. A Educação para além do Capital, Editora Boitempo, 2ª Edição, 2008.

OLIVEIRA, Antônio. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. Revista Adm. Pública vol.46 nº6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2012.Print version ISSN 0034-7612 Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, Elinda. G1. O GLOBO em 27/05/2019.

OLIVEIRA, Marco Antônio de (org). Economia e Trabalho: textos básicos. São Paulo:UNICAMP, IE, 1998.

PAIVA, Jane. Direito à Educação de Jovens e Adultos: concepções e sentidos. In 29 ANPED. Anais... Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/GT18-2553__Int.pdf> 2012.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2008.

PERMANÊNCIA E ÊXITO. Disponível em: <http://www.portalmec.gov.br>. Acesso em 02 de abril de 2013.

POCHMANN, M. Nova classe média?: O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e trabalho. 2005.

_____, M. N. A política da educação profissional no governo Lula. 2016.

RESOLUÇÃO nº 43, de 21 de dezembro de 2018 aprovada para o quadriênio 2018-2022. PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).

RICHARDSON, R. J. Pesquisa participante e pesquisa ação: alternativas de pesquisa ou pesquisa alternativa, 2011. Disponível em . Acesso em: 06 abr. 2015.

RODRIGUES, G>T> et al. Psicologia e Educação de Jovens e Adultos: um Desafio em Construção. Psicol. Esc e Educ. Maringá, 2014.

SANTOS, W. G. dos. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto MEC. In: Revista Educação e Sociedade, Campinas/SP, v.28, nº 100, p. 1231-1255 – Especial, out. de 2007a.

SILVA, L.C. Formulário Perfil dos Alunos dos Cursos FIC do IFRJ. Rio de Janeiro: Plataforma FormSus, 2014.

SILVA, L.C. O papel da escola e suas demandas sociais. Revista Faculdade Projeção. 2009.

SINGER, A. Os Sentidos Do Lulismo Reforma Gradual e Pacto Conservador. Cia. das Letras, SP, 2012.

SOARES, L. J.G. O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. In: RAAAB, alfabetização e cidadania – políticas públicas e EJA. Revista de EJA, nº 17, maio de 1996.

VIANNA, José Luis. Uma Análise da Cadeia Produtiva de Cana de Açúcar na Região Norte Fluminense. Consórcio Universitário de pesquisa da Região Norte fluminense – Boletim Técnico N° 6 – Abril/2002

ANEXO I – O PRODUTO EDUCACIONAL - Protocolo de Intenções para Convênio EJA – IFF – Cursos FIC.

A intenção de criar um protocolo que sistematizasse as orientações gerais, legais, pedagógicas e institucionais para as parcerias do IFFluminense com outras instituições de formação de Educação Básica nasceu como uma proposta de expandir o projeto educacional do IFFluminense, tendo em vista a função social que o Instituto Federal Fluminense cumpre nas regiões do Estado do Rio de Janeiro atendidos pelos seus diversos *campi*.

Uma análise mais detalhada do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição revela o compromisso dos seus cursos e projetos com a promoção da cidadania e a inclusão social plena.

Entre os seus objetivos educacionais, o PDI (2018, p.59) destaca:

Entende-se a educação em uma dimensão mais ampla, que conduz à formação do cidadão consciente de seus deveres e direitos; que compreende a realidade e seja capaz de ultrapassar os obstáculos que ela apresenta; que seja capaz de pensar e intervir na perspectiva de possibilitar as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais do meio em que vive. Ou seja, uma educação potencializadora do ser humano enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade, e nas perspectivas de sua emancipação.

Nesse sentido, a oferta de cursos no contexto da categorização transversal diferencia as formas de cursos ofertados colocando Cursos Técnicos de Nível Fundamental e Médio e os Cursos de Formação Inicial Continuada (FIC), que abrem espaço para atendimento dos seguintes objetivos específicos do PDI (2018 – 2022):

- ampliar a abrangência de atendimento diversificando a oferta de cursos, considerando a demanda social e regional;
- desenvolver pesquisa, inovação e extensão em articulação com outros atores, fortalecendo ações na busca de parcerias com instituições e empresas;
- ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com a sociedade através da elaboração, aprimoramento e manutenção de produtos/canais de comunicação;
- padronizar os processos de trabalho com implantação do processo eletrônico.

Quando se analisa a progressão gradual do percentual de oferta de cursos técnicos, conforme a Tabela de Distribuição de Oferta presente no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), o documento traz como justificativa o fato de que o aumento da oferta de cursos FIC, como resultado das Políticas implementadas pela Pró-Reitoria de Ensino e pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação no sentido de estimular a proposição de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), sobretudo com vistas à implantação de itinerários formativos que promovam não somente a qualificação profissional, mas também a elevação da escolaridade, observando os eixos tecnológicos de oferta.

Tabela 17 – Distribuição da oferta de custeio próprio medida pela capacidade total anual de alunos equivalentes (CAED).

Distribuição de Oferta	2018	2019	2020	2021	2022
Cursos – FIC	508	520	569	593	604
Projeção em dados percentuais	2,66%	2,69%	2,79%	2,80%	2,83%

Fonte: PDI – (2018 – 2022) do IFFluminense

A projeção para os anos, a partir de 2020 revela que os cursos FIC tendem crescer, em razão da demanda que faz ampliar a oferta (PDI – 2018).

Com base nesses dados, o Produto Educacional foi dimensionado, a partir do Convênio entre a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes / Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de forma a poder ampliar a oferta de Cursos FIC a outras regiões e municípios e garantir um Protocolo de Intenções, garantidor das relações entre as instituições parceiras com a EJA, modalidade de ensino que é objeto das ofertas desses cursos. O Protocolo propõe:

1 – Que entes envolvidos nessa parceria educacional sejam públicos e ofereçam cursos gratuitos, tendo em vista a função social dos cursos e o perfil da clientela de EJA, em grande parte matriculada em redes públicas de ensino estadual e municipal. Além dessas características, as instituições públicas de Educação possuam mecanismos legais que as capacitem para este tipo de parceria entre entes federados;

2 – Que o público seja formado por alunos da rede pública municipal, concluintes do Ensino Fundamental (9ª fase), que estejam na faixa etária a partir dos 15 anos. O fato de o protocolo estipular os alunos que estão na última fase do Ensino Fundamental é pelo fato dos cursos FIC estabelecerem esta modalidade como condição de ingresso na qualificação pela Formação Continuada. A parceria com a EJA abre espaços para que esses alunos se qualifiquem pelos cursos FIC, ao mesmo tempo, que concluem o Ensino Fundamental;

3 - Que o IFF elabore um processo seletivo em parceria com os municípios interessados, incluindo edital contendo normas e critérios de inclusão nos cursos. Esse edital deve atender às especificidades de cada ente, assim como as exigências legais para ingresso desses alunos nos cursos FIC, uma vez que cada uma das instituições possui uma base legal e institucional;

4 – Que ementas e PPCs (Projetos Pedagógicos de Cursos) sejam elaborados em consideração com as habilidades previstas para cada curso FIC, o tempo do curso e as demandas locais para efeito de empregabilidade, após pesquisa do mercado de trabalho associada à especificidade de cada curso;

5 – Que os municípios realizem, no âmbito de suas instituições, projetos de complementação pedagógica dos componentes: Língua Portuguesa e Matemática, a partir da 8ª fase, com suporte do IFF na formação dos professores. É do conhecimento dos professores e coordenadores do IFF, que muitos alunos oriundos da EJA dos municípios apresentem defasagens, não só em consequência da carga horária das fases ser menor do que no Ensino Regular, como pelo fato das habilidades dos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular também se apresentarem de forma reduzida nos currículos da EJA. Diante dessa realidade, a complementação pedagógica se faz necessária, com orientação dos professores do IFFluminense no processo de formação dos professores dos componentes de Língua Portuguesa e de Matemática do município;

6 – Que as reuniões de planejamento dos cursos e elaboração de diretrizes sejam colaborativas com participação de gestores municipais, reitores e coordenadores dos cursos FICs do IFF. Esta medida protocolar é necessária pelo fato da co-responsabilidade de todos os envolvidos ser uma condição para a efetivação da parceria. A não-participação dos responsáveis traduz-se como elemento de não renovação do acordo entre as partes;

7 – Que seja feito um cadastro da demanda de vagas nas áreas específicas dos cursos, tendo em vista o mercado de trabalho e a relação das instituições de ensino e o setor empresarial. Esse cadastro é de extrema importância, levando em conta que estes alunos são jovens que fazem opção pela qualificação através de cursos FIC com o objetivo de conquistar uma ocupação no mercado de trabalho local/regional ampliando suas possibilidades de empregabilidade;

8 – Que, ao longo dos cursos, sejam realizadas avaliações por parte de ambos os parceiros, com análises da continuidade de estudos na área dos cursos FIC, dos egressos. Cabe aos municípios, assim como ao IFFluminense, avaliar processos de evasão, faltas registradas por infrequência, além de outros fatores como inaptações à instituição e ao currículo dos cursos, como formas de acompanhamento contínuo da parceria;

9 – Que sejam respeitados os princípios legais, institucionais, educativos dos cedentes públicos, bem como aos limites dados pela parceria quanto às competências de cada um. O princípio da cordialidade entre as partes e do diálogo devem caracterizar a parceria que une instituições de entes públicos, cada qual com seus projetos e planos institucionais específicos e objetivos diferenciados no tocante à execução de suas ações educativas;

10 – Que professores e alunos sejam vistos como cidadãos portadores de direitos e deveres de compromisso social, de responsabilidades, respeitados dentro do papel que ocupam nos termos da parceria entre o município e o Governo Federal através do Instituto Federal Fluminense. Nesta norma do Protocolo de Intenções para firmar o Convênio, as questões de ordem ética, sociocultural e respeito aos direitos de cidadania devem reger todas as relações entre os atores de cada instituição e de cada envolvido no processo, garantindo a todos a dignidade da pessoa humana, presente na Constituição Federal de 1988.

A aplicação prática desse protocolo se estabelece a partir do momento em que as instituições se prontificam a realizarem um convênio na forma de parceria firmada em documento. O acesso a este produto será pelo Portal do IFF que se encontra no site do Instituto Federal Fluminense (portal1.iff.edu.br).

ANEXO II - INSTRUMENTOS DA PESQUISA - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Informações prestadas ao respondente. As informações obtidas têm como única finalidade a dissertação do mestrado. Os dados coletados são de caráter confidencial e a partir das respostas obtidas, teremos o instrumento necessário para analisar todo o processo, bem como contribuir para uma maior efetividade no ensino dos Cursos FIC.

1) Identificação do respondente:

- a) Coordenador de curso:
- b) Prefere ser identificado (mencionado) neste trabalho de pesquisa, pelas iniciais do NOME () ou através de um NOME FICTÍCIO (), qual a escolha a ser considerada (marque um X).
- c) Sexo:
- d) Idade:
- e) Endereço eletrônico (e-mail):
- f) Endereço (rua/avenida)/ bairro:
- g) CEP/Cidade:
- h) Telefones com DDD (fixo, celular, do trabalho, do contato):

2) Questões para professores:

- a) Quanto tempo exerce a atividade de professor na Instituição?
- b) Exerceu algum cargo de confiança ou de direção (gestão), qual?
- c) Qual o cargo de gestão que ocupa ou que ocupou, tendo como parâmetro as turmas do FIC?
- d) Qual a disciplina que você lecionou para a turma do FIC?
- e) Os alunos demonstram interesse pela disciplina que lecionou?
- f) Os alunos demonstram respeito pela autoridade (professor) que exercia?
- g) Faça uma autoavaliação sobre as suas aulas para a turma do FIC.
- h) Foi opção sua lecionar para este público? E ou por que escolheu estar em contato com este público?
- i) Aprova a conduta empreendida pelos gestores em relação às turmas de FIC?

- j) Você considera adequada a Formação Inicial profissional que foi escolhida para estas turmas?
- k) Você teve participação nesta escolha?
- l) Foi consultado?
- m) Sabe como foi feita esta escolha?
- n) Conhece o Documento Base do FIC Ensino Fundamental?
- o) Você participou da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso FIC?
- p) Como você reagiu ao Curso FIC em seu campus? Considerou acertada esta decisão?
- q) Quais os pontos que considera positivo em relação à turma de FIC, e em relação ao programa de Políticas Públicas?
- r) Quais os pontos que considera negativo em relação à turma de FIC e em relação ao programa de Políticas Públicas?
- s) Quais mudanças ocorreram na sua prática pedagógica ao trabalhar com a turma do FIC?
- t) Quais articulações você estabelece entre os saberes dos alunos e os conteúdos da sua disciplina?

1) Questões para gestores:

a) CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- Identificação
- Nome:

b) CURSOS FIC

- Motivos para escolha dos Cursos FIC:

c) DOCENTES

- Critério de seleção dos docentes para o FIC (especificar):
- Formação específica para EJA (especificar):
- Consequências para a carga de trabalho docente (especificar)
- Atividades de formação continuada programadas pela escola:

d) INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA AO FIC

- Quais as políticas de assistência estudantil disponibilizadas aos alunos do FIC (alimentação, transporte, cuidado com os filhos, bolsa auxílio [número de bolsa por

curso], etc.)?

e) PROCESSO PEDAGÓGICO (obs. Coletar cópia do PPC dos cursos, grade curricular, etc.)

- Grade curricular

- Processo de constituição (especificar quanto a):

- Metodologia utilizada
- Tempo de elaboração da proposta
- Sujeitos envolvidos

- **Caracterização da proposta curricular quanto a:**

- Estrutura do currículo (módulos, disciplinas, carga horária, etc.)

- **Articulação dos docentes na prática curricular**

- Relação/articulação dos Cursos FIC com os cursos regulares (especificar):
semelhanças e diferenças
- Destacar as principais experiências pedagógicas

- **Saberes dos alunos**

- Que tipo de instrumento é utilizado pela escola para colher informações dos alunos no processo seletivo (carta de apresentação ou justificativa do aluno para entrar no curso, texto de apresentação elaborado pelo aluno, questionário de diagnóstico da realidade socioeconômica dos alunos, sorteio, outros)?
- Como a escola e/ou professores têm captado os saberes do trabalho (ou vivência profissionais) dos alunos? Como tem interagido com esses saberes na prática pedagógica?

f) IMPACTOS DO EJA/FIC NO CAMPUS

- Convivência dos alunos FIC e regulares
- Dificuldades e resistências na implantação do Curso FIC (Como a proposta de FIC foi recebida?)
- Efeitos observados no campus decorrentes do FIC

g) ACESSO E PERMANÊNCIA

- Processo de seleção dos alunos (prova, sorteio, entrevistas, etc.)

- **Dados sobre Evasão**

- Motivos que levaram ao abandono identificado pelo campus (Como esses casos são observados pelo campus?)

- Ações do campus para evitar evasão.
 - Qual o índice de repetência?
 - Quais as disciplinas que apresentam maior índice de reprovação?
 - Como ocorre a recuperação da aprendizagem?
 - Qual é a política da escola para os alunos com necessidades especiais?
 - Faça uma autoavaliação sobre sua gestão em relação às turmas do FIC.
- h) Há outras informações (observações) que julga serem necessárias?***
- Tem algo mais a dizer?

ANEXO III - Entrevista com a diretora de ensino e aprendizagem do IFFluminense *campus* Guarus.

1. Por gentileza, seria possível narrar a sua trajetória acadêmica até o função atual que vem desempenhando junto ao IFF.
2. Como a Sra. percebe a oferta dos cursos FIC e qual a importância que a instituição dá a estes cursos na sua opinião?
3. A instituição vem dando a importância necessária aos cursos FIC? Quais seriam os maiores entraves?
4. Como a sua instituição escolhe os cursos a serem ofertados? Demanda do mercado ou disponibilidade de infraestrutura e pessoal docente?
5. Os cursos FIC ofertados pelo IFF, podem ser vistos como cursos preparatórios para uma futura escolha profissional? Existe um direcionamento para isto?
6. Qual a sua opinião sobre a integração do EJA ao ensino Técnico?
7. Na sua opinião quais seriam as maiores dificuldades?
8. Acerca da formação dos alunos EJA/FIC, a Instituição trabalhou as defasagens dos alunos vindos da rede municipal de ensino? no processo de qualificação dos Cursos FIC?
9. Foi pensado algum projeto de complementação pedagógica na construção de habilidades específicas para este segmento de alunos?
10. Existem resistências ao projeto EJA/FIC? Se sim, quais?
11. Em relação ao mundo do trabalho, como a instituição vem lidando com as abruptas mudanças no cenário de qualificação e empregabilidade?
12. É uma preocupação da instituição oferecer aos alunos da EJA uma visão que diferencia o trabalho precarizado do trabalho qualificado?
13. Existem redes colaborativas entre o IFF, poder público local e empresariado para o levantamento de demandas pela formação profissional?
14. Como é a relação do IFF com o poder público local para a efetivação de políticas educacionais como o FIC?
15. O poder local apresenta demanda específicas por formação?
16. Existe parte do IFF/Guarus alguma preparação para o trabalho, tendo em vista as especificidades dos cursos?
17. Como a instituição trabalha a ideia de vocação para o trabalho junto ao segmento do EJA/FIC?
18. A Sr^a. acredita que o IFF vem cumprindo o seu papel de ser indutor de políticas para formação de técnicos, principalmente junto à EJA?
19. Como gestora, dê sua opinião sobre esta parceria, considerando sua importância e validade.
20. Diante da perspectiva de substanciais mudanças nas políticas educacionais pelo atual governo, como a Sr^a. vê o futuro da EJA e dos cursos FIC?

ANEXO IV- Entrevista com o superintendente de trabalho e renda da prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes.

1 – Narre a sua experiência profissional até ocupar o cargo de superintendente de Trabalho e Renda do Município de Campos dos Goytacazes.

2 – Sabe-se que passamos por um período que vem se alongando de crise econômica em todos os setores da economia, porém em sua perspectiva quais setores foram os mais afetados em Campos dos Goytacazes?

3 – Como o Sr. percebe que esta crise vem atuando sobre as faixas etárias de jovens em Campos?

4 – Qual seria a maior dificuldade dos mais jovens em conseguir a colocação no mercado de trabalho em Campos?

5 – Quais políticas realizadas , **exclusivamente** , pelo poder público local que o Srº tem conhecimento, vêm sendo desenvolvidas para diminuir o impacto da falta de emprego e renda entre os jovens em Campos?

6 – No que tange à qualificação, o Balcão de Empregos da sua Superintendência, tem percebido que a qualificação (ou a falta dela) vem sendo um dos fatores determinantes para a ocupação, ou não, de postos de trabalho para os mais jovens?

7 – As empresas que buscam o auxílio do balcão de emprego fazem contato em busca de jovens qualificados?

8 – Na sua opinião a qualificação é de fato aquilo que os empregadores buscam ou ela acabou sendo apenas um critério para a exclusão de alguns jovens do processo seletivo?

9 – Existe a percepção de que os jovens vêm sendo utilizados naquilo que vem se qualificando ou os qualificados são desviados para funções que não exigem as qualificações que as empresas buscam? Vocês têm este controle?

10 – Existem alguma política do Balcão de Emprego para direcionar os jovens para a qualificação profissional?

11 - Este setor do município, tem algum projeto de qualificação para jovens ou mesmo, parcerias com órgãos que promovem qualificação para o trabalho?

12 – Na relação do “Trabalho e Renda” com os segmentos do mercado que oferecem vagas para o Balcão de Empregos, existe alguma interferência ou orientação sobre os valores salariais?

13 – Em sua opinião, as reformas trabalhistas, que propagam a diminuição da burocracia no processo de empregabilidade, melhoraram em alguma perspectiva a inserção dos jovens no mercado de trabalho?

14 – Como o Sr. percebe o papel do IFF no processo de qualificação profissional de jovens em Campos?

15 – A oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio atende as demandas do município e da região na oferta de qualificação de mão de obra?

16 – Os cursos oferecidos pelo IFF dialogam com as necessidades do município de Campos e Região?

17 – O que na sua opinião poderia ser feito para melhorar a relação entre o IFF e a geração de emprego para os segmentos jovens da população?

18 – O Sr. tem conhecimento dos cursos FIC ofertados pelo IFF em Campos? Se sim, o que o Sr. acha deles?

19 – O Sr. acha que os cursos técnicos vêm atendendo as demandas do mercado de trabalho para jovens em Campos e Região?

20 – Por fim, na sua opinião, qual a importância da Superintendência do Trabalho e Renda para a ampliação das oportunidades de trabalho dos jovens e adultos do município?

ANEXO V - Entrevista com a gestora das escolas da EJA da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

1. De forma suscinta, a Sr^a. poderia relatar o seu percurso formativo (formação acadêmica e trajetória profissional) e como a Sra. chegou a ocupar este cargo e a quanto tempo a Sra vem desempenhando esta função.
2. Quando e como a Sr^a. tomou conhecimento sobre os cursos de Formação Inicial Continuada?
3. Qual a sua opinião sobre a aplicação dos cursos FIC junto a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ?
4. Como gestora municipal, a senhora considera que as Políticas Públicas de FIC são executadas de maneira plena em Campos dos Goytacazes?
5. Como a Sra. percebe o papel do IFF na oferta de cursos FIC?
5. Existem ações coordenadas em conjunto pela Secretaria de Educação e o IFF para a formação Técnica Profissional? Se sim quais? Se não, por quais motivos?
6. Na sua opinião, a participação do gestor nas reuniões de planejamento é importante? Por quê?
7. Como são colhidas as demandas junto aos possíveis alunos para a formação técnica profissional junto a EJA?
8. Em algum momento de sua gestão, a senhora procurou buscar benefícios para o aluno, em termos de novos cursos e espaços de empregabilidade junto ao mercado local? Caso sim, qual (is)?
9. A Sr^a. acredita que a oferta de cursos FIC EJA vem atendendo plenamente aos anseios da população?
10. Quais seriam, em sua opinião, os desafios para a consolidação de um projeto mais amplo que envolva os cursos FIC EJA?
11. O IFF oferta uma série de cursos FIC, existem canais e tratativas entre a sua secretaria e a instituição para determinar quais cursos serão ofertados?
12. Você tem conhecimento se as secretarias de Desenvolvimento Humano e Trabalho e Renda participam de tratativas com o IFF para apresentar eventuais demandas de cursos FIC? Se sim, como se dá este processo? Se não, por quais motivos?
13. Na sua opinião, quais seriam os maiores desafios para a criação de uma política coordenada entre o poder público local (prefeitura) e o IFF para que a formação técnica seja mais efetiva?
14. Em sua opinião a experiência com os cursos FIC tem tido sucesso ou insucesso em se estabelecer como uma política de geração de emprego e renda?
- 15 Em sua opinião os cursos FIC oferecidos pelo IFF tem tido sucesso em ofertar a formação de

profissionais voltados para as demandas locais das empresas?

16 Existe algo que eu não tenha perguntado que a Sr^a. gostaria de falar?

ANEXO VI - Questões para o gestor escolar das escolas da EJA.

- a) Por gentileza, o Sr.(a) poderia narrar a sua trajetória acadêmica e profissional até ocupar a gestão desta unidade escolar.
- b) Como foi o seu primeiro contato com a EJA?
- c) Na sua opinião, qual seria a importância que a sua instituição de ensino oferece à EJA?
- d) Qual seria, na sua opinião, a função social da Educação de Jovens e Adultos (EJA)?
- e) A este segmento educacional é dada a devida importância por seus pares?
- f) Como o (a) senhor (a) define a relação entre os alunos da EJA, a escola e a gestão escolar?
- g) O aluno da EJA é ouvido em suas demandas e reivindicações?
- h) O Sr.(a). observa com bons olhos associação entre EJA, ensino técnico e FIC? Por quais motivos?
- i) Qual é a maior dificuldade em ofertar FIC/EJA?
- j) A modalidade FIC ofertada à EJA tem a preocupação em conhecer as demandas do mercado de trabalho, ou ela atende versa com a possibilidade de oferta de cursos de acordo com a disponibilidade de docentes?
- k) Qual seria a maior dificuldade que o Sr(a) identifica na oferta de cursos FIC?
- l) O Sr.(a). acredita que a sua instituição toma todas as medidas para ofertar cursos FIC de acordo com a vocação dos alunos?
- m) Como é pensada a relação entre vocação e mercado de trabalho na oferta de cursos FIC?
- n) Como é a relação da escola com o “mercado de trabalho”? Existe alguma preocupação em compreender a estrutura de empregabilidade para adequar a oferta de cursos FIC?
- o) Como a escola se informa sobre as demandas do mercado de trabalho?
- p) Existe algum ajuste do itinerário formativo dos alunos às necessidades do mercado de trabalho?
- q) Existe alguma política institucional junto à gestão que busque a colocação dos alunos ao término do curso FIC no mercado de trabalho? Caso sim, qual (is)?
- r) Como gestor (a), há relações colaborativas com outras instituições de ensino, como o IFF?
- s) Como é a relação entre a Instituição, a gestão com a SMECE?

ANEXO VII – Questionário aplicado aos alunos dos cursos FIC

Nome: _____ Data da Entrevista: ____/____/2018

CURSO: _____ Nº do questionário: _____

UNIDADE DO IFF: _____

Dados Pessoais:

SEXO: () FEMININO () MASCULINO () outro: _____

COR: () BRANCA () PARDA () PRETA () OUTRA

Idade em anos: () Entre 15 e 18 () Entre 18 e 25 () entre 25 e 30 () entre 30 e 40 () entre 40 e 50 () acima de 50

Município de moradia: () Campos dos Goytacazes () outro _____

Bairro: _____

Profissão Qualificada: _____

1. QUAL É A SUA SITUAÇÃO DE TRABALHO?

1. () EMPREGADO com carteira assinada
2. () Empregado sem carteira assinada
3. () Faz bico
4. () Desempregado (A)
5. () Dono (A) De Um Negócio
6. () Autônomo(A)
7. () Cooperativado (A)
8. () Não Trabalha (Estudante)
9. () Aposentado por Idade
10. () Aposentado por Invalidez
11. () Aposentado por Tempo de Contribuição
12. () Impossibilitado de Trabalhar (Deficiência)

2. RENDA FAMILIAR

1. () Menos de 1 Salário Mínimo
2. () Entre 1 e 2 Salários Mínimos
3. () Mais de 2 a 3 Salários Mínimos
4. () Mais de 3 a 5 Salários Mínimos
5. () Mais de 5 a 10 Salários Mínimos
6. () Acima de 10 Salários Mínimos

3. QUAL A SUA FUNÇÃO ECONÔMICA NA FAMÍLIA?

1. () Sou Chefe de Família
2. () Sou Dependente
3. () Ajudo nas Despesas
4. () Não Ajudo

3. QUAL A SITUAÇÃO DE SEU IMÓVEL?

1. () Próprio Quitado
2. () Próprio Financiado
3. () Próprio Adquirido Por Herança
4. () Próprio Programa Habitacional
5. () Alugado
6. () Cedido
7. () Posse
8. () Terreno Ocupado
9. () Outros: _____

4. COM VOCÊ QUEM MORA?

1. () sozinho
2. () somente com cônjuge/companheiro(a)
3. () com cônjuge/companheiro(a) e filho(s)
4. () com cônjuge/companheiro(a) e

filho(s) e netos

5. () somente com filhos
6. () com pai e mãe
7. () com pai, mãe e irmão(s)
8. () com a mãe e irmão(s)
9. () com pai e irmão(s)
10. () somente com o pai
11. () somente com a mãe
12. ()
outra: _____

5. Se não se encontra formalmente empregado, por qual motivo?

1. () Por Escolha
2. () Por não Conseguir Emprego Formal
3. () Falta De Qualificação

6. SE VOCÊ ESTÁ EM AUXÍLIO DOENÇA, MARQUE UMA DAS OPCÕES ABAIXO:

1. () doença por acidente de trabalho
2. () doença ocasionada pelas condições de trabalho (doenças profissionais)
3. () outras doenças cujas causas não são possíveis de relacionar com o trabalho

7. SE EMPREGADO, QUANTO TEMPO ESTÁ NO EMPREGO ATUAL?

1. () há menos de 1 ano
2. () mais de 1 até 2 anos
3. () mais de 2 até 3 anos
4. () mais de 3 até 5 anos
5. () mais de 5 até 10 anos
6. () mais de 10 anos

8. QUAL SUA ÁREA DE OCUPAÇÃO?

1. () indústria
2. () comércio
3. () agricultura
4. () serviços
5. () outros: _____

9. QUAL A NATUREZA JURÍDICA DE SEU EMPREGADOR?

1. () estou desempregado
2. () órgão público estadual
3. () órgão público municipal
4. () órgão público federal
5. () empresa de economia mista
6. () empresa pública
7. () empresa privada
8. () cooperativa
9. () org. sem fins lucrativo
10. () uma pessoa física
11. () não tem empregador

10. SE DESEMPREGADO, QUANTO TEMPO ESTÁ NESTA SITUAÇÃO?

1. () estou empregado
2. () nunca conseguiu emprego
3. () menos de 1 ano
4. () mais de 1 até 2 anos
5. () mais de 2 até 3 anos
6. () mais de 3 até 5 anos
7. () mais de 5 até 10 anos
8. () mais de 10 anos

11. SE DESEMPREGADO, QUAL FOI A ÚLTIMA VEZ QUE PROCUROU EMPREGO?

1. () estou empregado
2. () na última semana
3. () no mês passado
4. () há mais de um mês

5. () decidiu não procurar mais emprego formal
-

12. QUANTO TEMPO TRABALHOU NO ÚLTIMO EMPREGO?

1. () nunca conseguiu emprego
2. () nunca procurou emprego
3. () menos de 1 ano
4. () mais de 1 até 2 anos
5. () mais de 2 até 3 anos
6. () mais de 3 até 5 anos
7. () mais de 5 até 10 anos
8. () mais de 10 anos

13. QUANTO TEMPO POSSUI DE TRABALHO COM CARTEIRA ASSINADA?

1. () nunca trabalhou com carteira assinada
2. () menos de 1 ano
3. () mais de 1 até 2 anos
4. () mais de 2 até 3 anos
5. () mais de 3 até 5 anos
6. () mais de 5 até 10 anos
7. () mais de 10 anos até 20 anos
8. () mais de 20 anos

15. POSSUI ACESSO A BENEFÍCIOS SOCIAIS?

- 1 () SIM 2 () NÃO

15.1 Se sim QUAL?

1. () programa bolsa família
2. () benefício de prestação continuada (loas) - 1 salário mínimo
3. () programa municipal de renda
4. () outro.especificar:

17. RELIGIÃO

1. () evangélica
2. () católica
3. () espírita kardecista
4. () candomble
5. () umbanda
6. () ateu
7. () outra: _____
8. () não tenho religião

18. POR QUE VOCÊ ESCOLHEU FAZER O CURSO DO IFF?

1. () para ter o diploma
2. () para conseguir emprego
3. () para ser promovido no emprego
4. () para continuar os estudos no ensino médio
5. () para abrir o próprio negócio
6. () outro citar: _____

19. O QUE VOCÊ ESPERA CONSEGUIR DEPOIS QUE CONCLUIR O CURSO? (pode escolher mais de uma)

1. () melhorar a autoestima
2. () conseguir um emprego
3. () conseguir uma promoção no emprego
4. () abrir o próprio negócio
5. () continuar estudando
6. () outro citar: _____

20. Você acha que o curso pode ajudar a

alcançar suas expectativas de empregabilidade?

1. () o curso ajuda pouco
2. () o curso ajuda muito
3. () o curso ajuda em parte
4. () o curso não ajuda

21. Sobre o curso e o mercado de trabalho, você acha:

1. () o curso vai ajudar muito a minha entrada
2. () o curso vai ajudar a minha entrada
3. () o curso é indiferente
4. () o curso vai atrapalhar a minha entrada
5. () o curso vai atrapalhar muito a minha entrada

O QUE ACHA DO TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO?

1. () suficiente para aprender
2. () indiferente
3. () insuficiente para aprender

22. O QUE ACHA DO CONTEÚDO MINISTRADO DO CURSO?

1. () EXCELENTE
2. () muito bom
3. () BOM
4. () REGULAR
5. () PÉSSIMO

23. De 0 a 10, onde 0 é péssimo e 10 excelente, atribua notas à infraestrutura e docentes do curso, ou indique a existência ou não uso:

	Nota	Nunca Utilizou	NÃO POSSUI
laboratórios			
sala de aula			
recursos audiovisuais			
acesso à computadores (laboratório de Informática)			
internet			

biblioteca			
professores			
Coordenação do curso			

24. FALE LIVREMENTE PORQUE ESCOLHEU FAZER O CURSO.

25. FALE LIVREMENTE SOBRE OS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO CURSO.

26. FALE LIVREMENTE COMO VOCÊ ACHA QUE O CURSO CONTRIBUIRÁ PARA SEUS OBJETIVOS.

28. QUAIS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO VOCÊ JÁ REALIZOU?

29. COMO VOCÊ SOUBE DOS CURSOS FIC?

30. COMO FOI A SUA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO? DESCREVA COMO FOI ESSE PROCESSO, QUAIS DIFICULDADES ENFRENTOU E QUAIS FACILIDADES LHE FORAM DADAS NESTE PROCESSO?

31. QUAL O CURSO QUE FREQUENTOU NO FIC?

32. COMO ERAM AS RELAÇÕES ENTRE ALUNOS NA SALA DE AULA, HAVIA RESPEITO, SOLIDARIEDADE OU ALGUM TIPO DE CONTROVÉRSIA, DISCÓRDIA?

33. QUAIS PROFESSORES E DISCIPLINAS QUE FICARAM MARCADOS, QUE FORAM MAIS SIGNIFICATIVOS PARA VOCÊ E POR QUÊ?

34. O QUE DE MAIS SIGNIFICATIVO FICOU PARA VOCÊ DEPOIS DE TERMINAR O CURSO FIC?

35. QUAIS SÃO SEUS PLANOS PARA O FUTUIRO?

ANEXO VIII - EIXOS TECNOLÓGICOS - EMENTAS

CURSOS	EIXOS	EMENTAS	CH	REQUISITOS
Balconista de Farmácia	Ambiente e Saúde	Atua no balcão das farmácias e drogarias, sob a supervisão do farmacêutico, por meio do atendimento a clientes, interpreta prescrições, disposição de produtos e controle de estoque, a fim de promover a venda e uso correto de produtos farmacêuticos, cosméticos e correlatos, de acordo com os princípios éticos e legislação vigente. Interpreta receitas prescritas pelo médico e presta os devidos esclarecimentos no que se refere ao uso correto dos medicamentos. Auxilia na organização do estabelecimento farmacêutico, no controle de estoques e no armazenamento de medicamentos	160 h	Ensino Fundamental II Incompleto
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	Controle de Processos Industriais	Planeja serviços elétricos, realiza instalação e distribuição de baixa tensão. Monta e repara instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Instala e repara equipamentos de iluminação de cenários ou palco. O profissional qualificado para área elétrica pode trabalhar em diferentes segmentos, desde petróleo, petroquímico, papel e celulose e as metalúrgicas em geral até a indústria naval e construção civil. Terá a possibilidade de aprofundar seu nível de conhecimento ao entrar em um Curso Técnico de Eletrônica, Eletrotécnica ou de Eletromecânica.	160 h	Ensino Fundamental II Incompleto
Operador de Computadores	Informação e Comunicação	Instala, configura e opera sistemas operacionais cliente, aplicativos de escritório e periféricos. Possa organizar entrada e saída de dados em sistemas de informação, conforme procedimentos técnicos de qualidade seguindo às normas e políticas de segurança da informação e de respeito à propriedade intelectual.	160 h	Ensino Fundamental II Incompleto